

# BOLETIM AGROPECUÁRIO

## Censo 2017





**Governador do Estado**

Eduardo Pinho Moreira

**Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca**

Airton Spies

**Presidente da Epagri**

Luiz Ademir Hessmann

**Diretores**

Ivan Luiz Zilli Bacic  
Desenvolvimento Institucional

Giovani Canola Teixeira  
Administração e Finanças

Luiz Antônio Palladini  
Ciência, Tecnologia e Inovação

Paulo Roberto Lisboa Arruda  
Extensão Rural

**Gerente do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa)**

Reney Dorow



# Boletim Agropecuário

## Edição Especial – Censo 2017

### **Autores desta edição**

Alexandre Luís Giehl

Glaucia Padrão

Haroldo Tavares Elias

João Rogério Alves

Jurandi Teodoro Gugel

Rogério Goulart Junior

Tabajara Marcondes



Florianópolis  
2018

**Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)**

Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, Caixa Postal 502  
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil  
Fone: (48) 3665-5000  
Site: [www.epagri.sc.gov.br](http://www.epagri.sc.gov.br)  
E-mail: [epagri@epagri.sc.gov.br](mailto:epagri@epagri.sc.gov.br)

**Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa)**

Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi  
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil  
Fone: (48) 3665-5078  
Site: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>  
E-mail: [online@epagri.sc.gov.br](mailto:online@epagri.sc.gov.br)

**Coordenação**

Tabajara Marcondes – Epagri/Cepa

**Elaboração**

Alexandre Luís Giehl – Epagri/Cepa  
Glaucia Padrão – Epagri/Cepa  
João Rogério Alves – Epagri/Cepa  
Haroldo Tavares Elias – Epagri/Cepa  
Jurandi Teodoro Gugel – Epagri/Cepa  
Luis Augusto Araujo – Epagri/Cepa  
Rogério Goulart Junior – Epagri/Cepa  
Tabajara Marcondes – Epagri/Cepa

**Colaboração:**

Cleverson Buratto – Tubarão (UGT 8)  
Édila Gonçalves Botelho – Epagri/Cepa  
Evandro Uberdan Anater – Joaçaba (UGT 2)  
Getúlio Tadeu Tonet – Canoinhas (UGT 4)  
Gilberto Luiz Curti – Chapecó (UGT 1)  
Janice Waintuch Reiter – Epagri/Cepa  
João Claudio Zanatta – Lages (UGT 3)  
Léo Teobaldo Kroth – Epagri/Cepa  
Marcia Mondardo – Epagri/Cepa  
Mauricio E. Mafra – Ceasa/SC  
Nilsa Luzzi – Jaraguá do Sul (UGT 6)  
Saturnino Claudino dos Santos – Rio do Sul (UGT 5)  
Sidaura Lessa Graciosa – Epagri/Cepa  
Elvys Taffarel – São Miguel do Oeste (UGT 9)  
Wilian Ricce – Epagri/Ciram

**Editado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa)**

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

## APRESENTAÇÃO

O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), unidade de pesquisa da Epagri, tem a satisfação de disponibilizar o Boletim Agropecuário on-line.

O Boletim Agropecuário é, normalmente, uma publicação mensal da Epagri/Cepa, com informações conjunturais da produção e do mercado dos principais produtos agropecuários de Santa Catarina. Em situações particulares são elaborados “Boletins Especiais”, como este, que trata de dois temas: Estimativa inicial da safra de verão 2018/19 de Santa Catarina e do Censo Agropecuário 2017.

A estimativa da safra é apresentada num texto único, que retrata o resultado dos primeiros levantamentos realizados junto aos informantes municipais/regionais da Epagri/Cepa, explicitando as estimativas da área plantada, do rendimento médio e da produção de algumas das principais culturas da safra de verão 2018/19 de Santa Catarina.

No caso do Censo Agropecuário 2017 são várias análises, cada uma relativa a um produto normalmente analisado no Boletim Agropecuário. São análises com características diferentes, mas que tem em comum o objetivo de divulgar os primeiros números do Censo 2017 e destacar as diferenças da realidade mostrada por esses números, para aquelas do Censo Agropecuário 2006 e de outras pesquisas mais recentes/sistemáticas, do IBGE e de outras organizações. Isso indica à oportunidade de se melhorar a qualidade das pesquisas sistemáticas sobre a agropecuária brasileira/catarinense, tomando por base um levantamento que pretendeu contemplar todos os estabelecimentos agropecuários do Brasil.

Esta publicação está disponível em arquivo eletrônico no site da Epagri/Cepa, <http://www.cepa.epagri.sc.gov.br/>. Podem ser resgatadas também as edições anteriores.

Luiz Ademir Hessmann  
Presidente da Epagri



## Sumário

<b>Estimativa inicial da safra de verão 2018/19 de Santa Catarina</b> .....	9
<b>Fruticultura</b> .....	14
Banana .....	14
Maçã .....	18
<b>Grãos</b> .....	21
Arroz .....	21
Feijão .....	24
Milho.....	28
Trigo.....	33
<b>Hortaliças</b> .....	37
Alho.....	37
Cebola .....	40
<b>Pecuária</b> .....	43
Avicultura.....	43
Bovinocultura .....	47
Suinocultura.....	51
Leite .....	55



## Estimativa inicial da safra de verão 2018/19 de Santa Catarina

Gláucia Padrão  
 Haroldo Tavares Elias  
 João Rogério Alves  
 Jurandi Teodoro Gugel

A produção agrícola no estado de Santa Catarina vem passando por profundas transformações nas últimas décadas. Entre as transformações recentes, destaca-se o aumento da participação no mercado externo, o deslocamento da produção entre as regiões do estado e a substituição de áreas entre culturas como o milho e soja. Neste artigo serão apontadas as primeiras estimativas para a safra de verão 2018/19 das principais culturas acompanhadas no Estado, a saber, arroz, batata, feijão, fumo, milho grão, milho silagem, soja e tomate. Trata-se do resultado do levantamento sistemático da produção agrícola catarinense realizada pelo Epaagri/Cepa, com uso de métodos específicos, estatística e conhecimento de mercado dos analistas. Mensalmente essas informações são atualizadas com o intuito de gerar informações que representem o comportamento realista da safra em andamento.

A primeira estimativa para a safra 2018/19 para o estado de Santa Catarina mostra um cenário favorável ao produtor em termos de clima. A tendência de ocorrência do fenômeno El Niño nos próximos meses aponta para irregularidades na precipitação. Tais irregularidades podem trazer prejuízos caso ocorra excesso de chuva em fases decisivas do desenvolvimento da cultura, como a floração. No entanto, o cenário ainda é de normalidade e não cria expectativa de grandes perdas no Estado. Os primeiros levantamentos referentes à safra de verão 2018/19 podem ser observados na tabela 1.

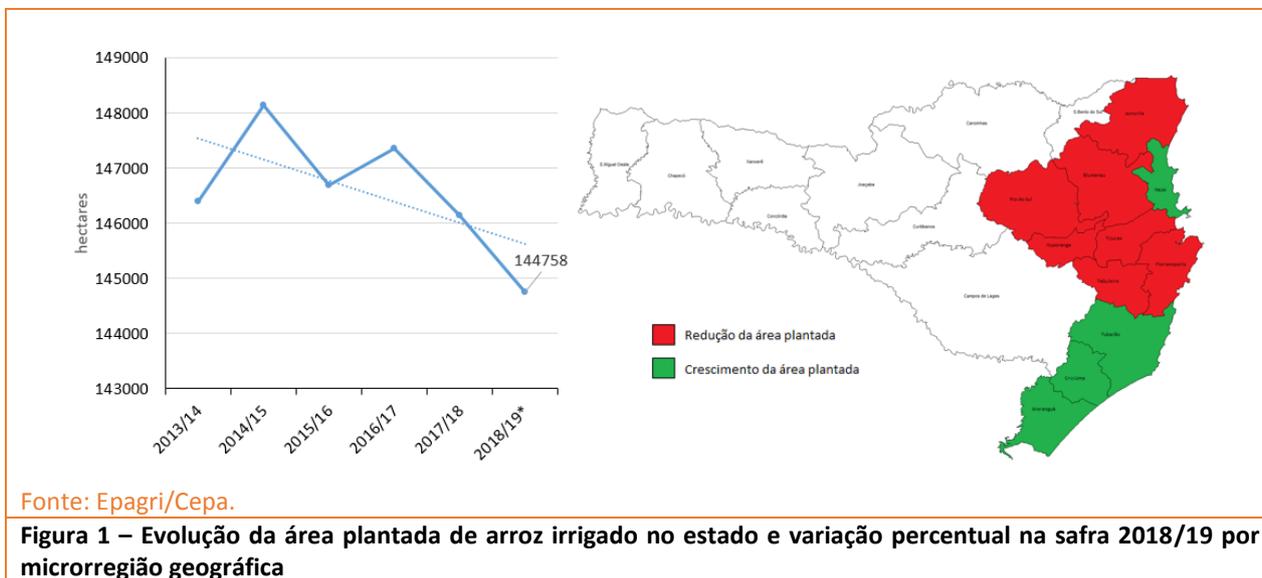
**Tabela 1 – Quadro resumo da expectativa inicial da safra de verão 2018/19**

Produto	2017/18			2018/19 (estimativa inicial)			Variação %		
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rend. médio (kg/ha)	Área plantada	Quantidade produzida	Rend. médio
Arroz	146.133	1.177.341	8.057	144.758	1.165.951	8.054	-0,94	-0,97	-0,03
Batata	3.568	90.391	25.334	4.039	113.700	28.151	13,20	25,79	11,12
Feijão 1a Safra	46.608	88.815	1.906	40.101	75.733	1.889	-13,96	-14,73	-0,89
Feijão 2a Safra	21.891	32.499	1.485	22.550	33.578	1.489	3,01	3,32	0,30
Fumo	113.419	242.391	2.137	101.705	229.380	2.255	-10,33	-5,37	5,53
Milho Grão 1a Safra	305.651	2.467.205	8.072	324.132	2.674.436	8.251	6,05	8,39	2,22
Milho Grão 2a Safra	15.959	99.123	6.211	16.194	101.355	6.259	1,47	2,25	0,77
Milho Silagem	226.301	9.326.920	41.215	218.673	9.121.729	41.714	-3,37	-2,20	1,21
Soja	685.598	2.463.899	3.594	661.097	2.418.300	3.658	-3,57	-1,85	1,79
Tomate	1.927	128.886	66.884	2.180	159.940	73.367	13,13	24,09	9,69

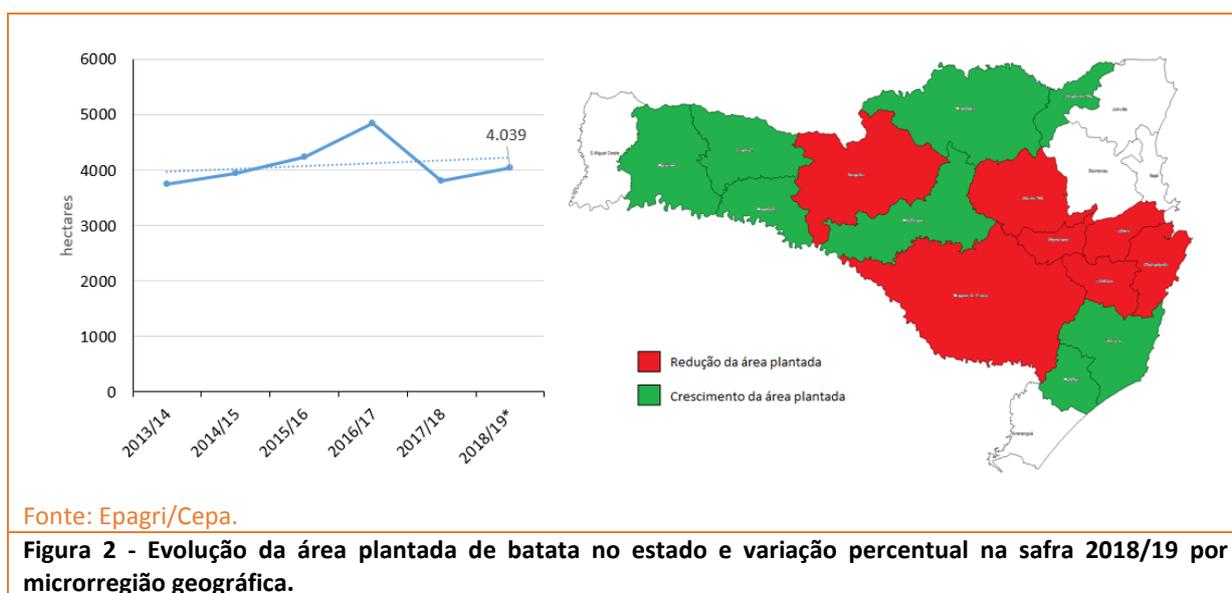
Fonte: Epaagri/Cepa, 2018.

Para o arroz irrigado a primeira estimativa da safra de verão aponta para uma área 0,94% menor que a área de 2017/18. Embora a área do estado já esteja consolidada, há uma leve tendência de redução em algumas regiões pela conversão destas áreas em loteamentos e pátios industriais. As maiores reduções de área ocorreram nas microrregiões de Florianópolis e Ituporanga, que por não serem regiões de grande participação na área não afetaram significativamente os resultados finais. Há que se destacar a influência dos resultados do Censo Agropecuário, que apontaram para áreas significativamente menores em alguns municípios. Em relação à produtividade, há uma expectativa de redução nesta safra se comparada à safra 2017/18. Isto porque as duas últimas safras apresentaram produtividades muito elevadas, em razão do clima e investimento de alta tecnologia, e para a safra que se inicia a condição climática, se confirmado o

fenômeno El Niño, com chuvas e temperaturas acima da média, pode resultar em produtividades menores em algumas regiões.

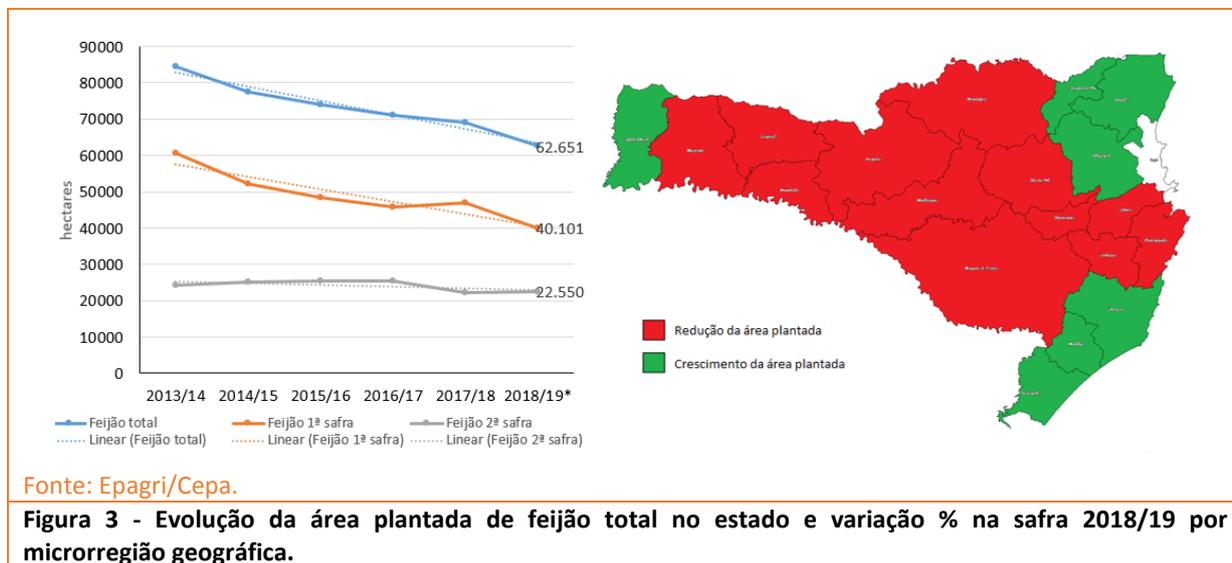


Já para a batata, na safra 2018/19 é esperado um aumento de 13,20% da área plantada, que combinado ao aumento da produtividade em 11%, deverá resultar numa produção 26% maior no estado. As regiões Oeste e Planalto Norte apresentaram as maiores variações positivas da área plantada. A tendência no estado é de crescimento moderado da área plantada do tubérculo, cerca de 1,5% ao ano, o que equivale ao incremento de 58 hectares por ano. No entanto, regiões como o Planalto Sul, Alto Vale do Itajaí e Grande Florianópolis têm reduzido sistematicamente a produção.

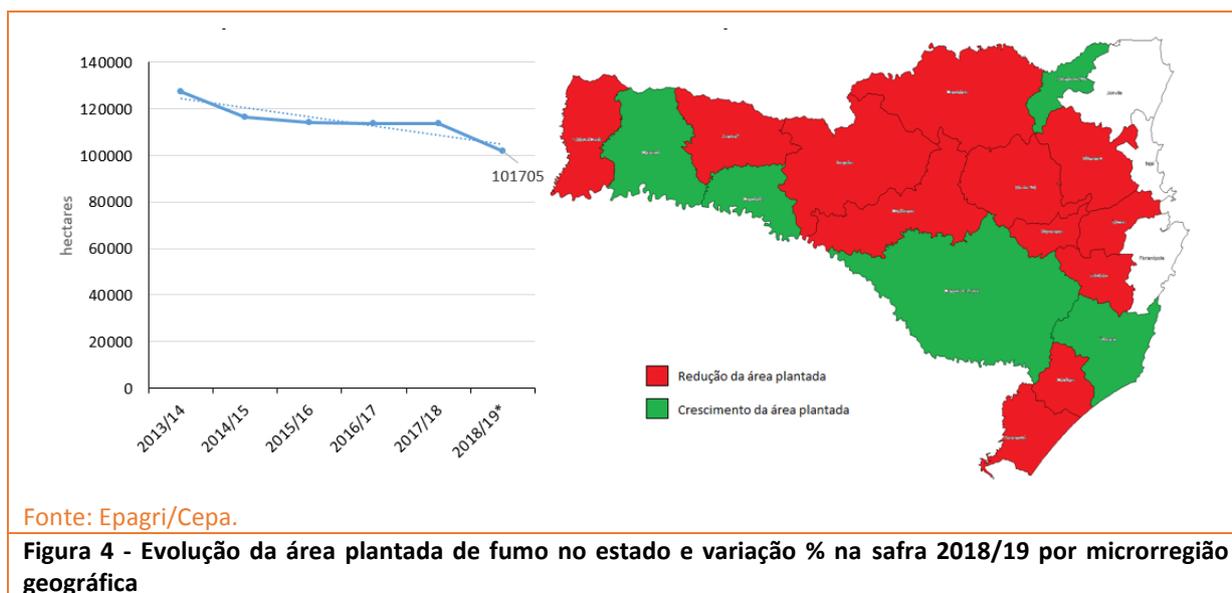


O feijão total continuou a trajetória de redução da área plantada no estado. Para a safra 2018/19 é esperada uma área de 62.651 hectares, cerca de 9% menor em relação ao ano anterior. As maiores reduções de área ocorreram nas microrregiões de Joaçaba, Florianópolis Curitibaanos. Crescimentos de área só foram apontados no extremo oeste, sul e norte do estado. O feijão 1ª safra teve área inicial estimada em

40.101 hectares, enquanto para o feijão 2ª safra foi estimada uma área inicial de 22.550 hectares. Destaca-se, contudo, que para o feijão 2ª safra, estimativa mais ajustada será obtida no início do próximo ano, quando deve ocorrer o plantio. As áreas de feijão têm sido sistematicamente reduzidas ao longo dos anos.

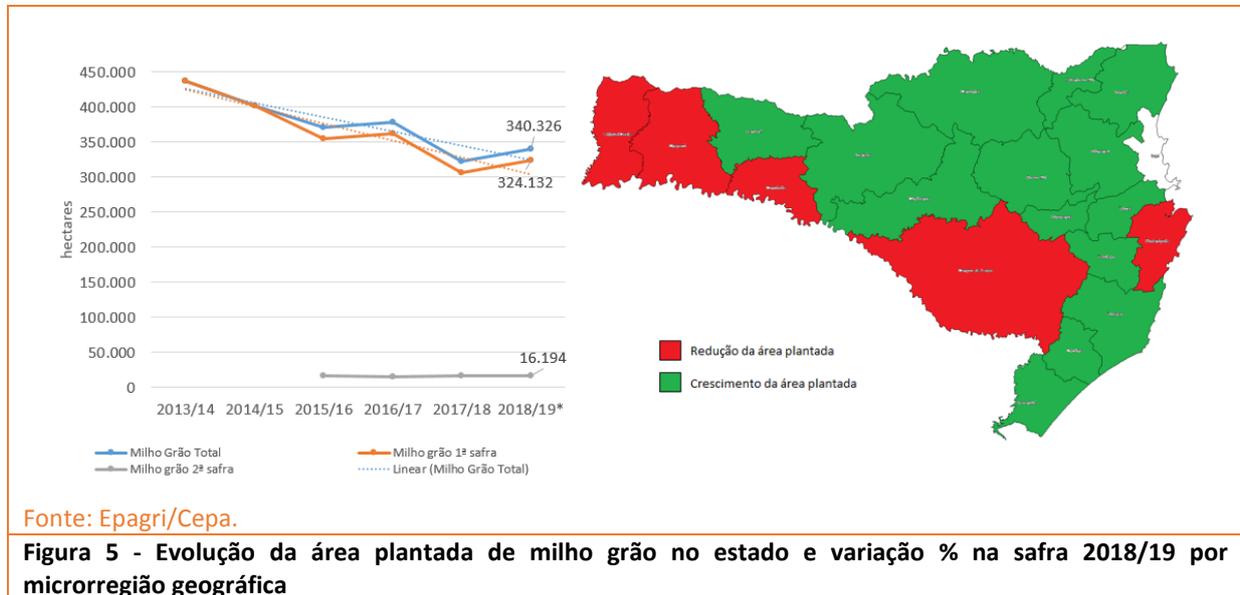


Com relação ao fumo, a área estimada para a safra 2018/19 é de 101.705 hectares, cerca de 10% menor que a área da safra 2017/18. As microrregiões de Joaçaba, Rio do Sul e Ituporanga foram as que apresentaram maiores reduções, contrapondo aumentos significativos que ocorreram em Campos de Lages, Chapecó e Tubarão. As reduções observadas na área do estado podem ser justificadas em parte por ajustes de área decorrentes do Censo 2017, que apontou para uma área significativamente menor a que vinha sendo apresentada, bem como pela saída de produtores da atividade.

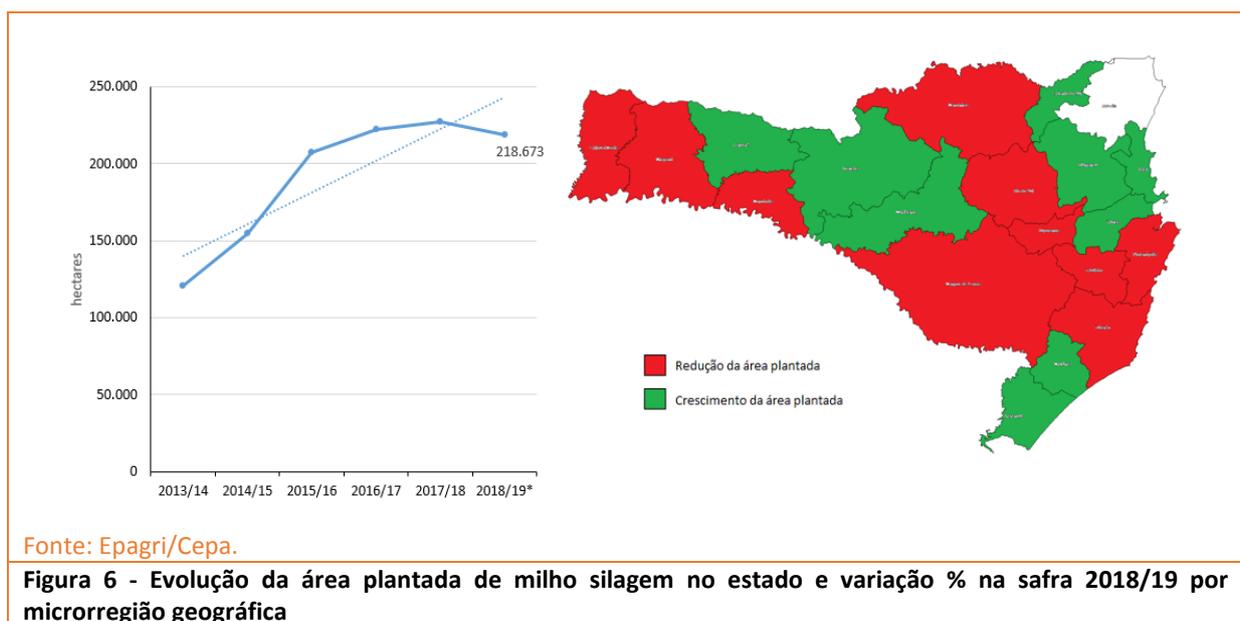


Para o milho grão, em decorrência do momento vivido pelos produtores no mercado, estima-se uma área cerca de 6% maior na safra 2018/19. Dos 340.326 hectares do grão, 324.132 hectares deverão ser plantados na primeira safra e 16.194 hectares na segunda safra. Das dezenove microrregiões que cultivam o grão no estado, quatorze tem previsão de aumento de suas áreas. As que apresentaram maiores

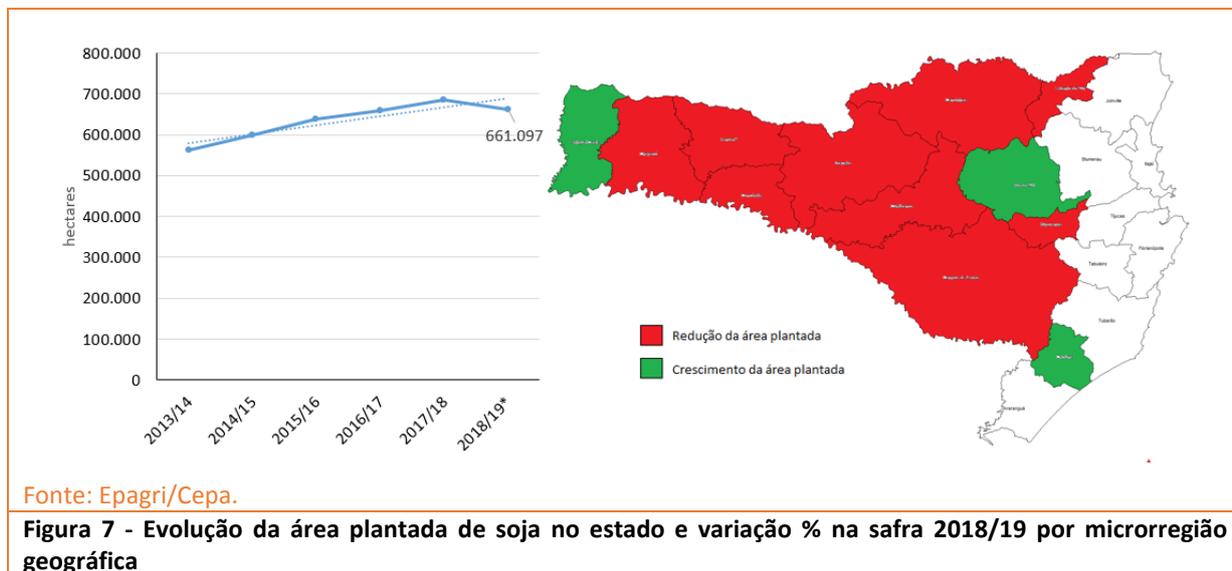
variações positivas foram Tijucas, Curitibanos, Ituporanga e Joaçaba. A microrregião de Florianópolis apresentou a maior redução de área, isto porque áreas destinadas ao cultivo de milho verde ou silagem estavam sendo contabilizadas na área de milho grão e o levantamento mais apurado resultou em redução dessas áreas.



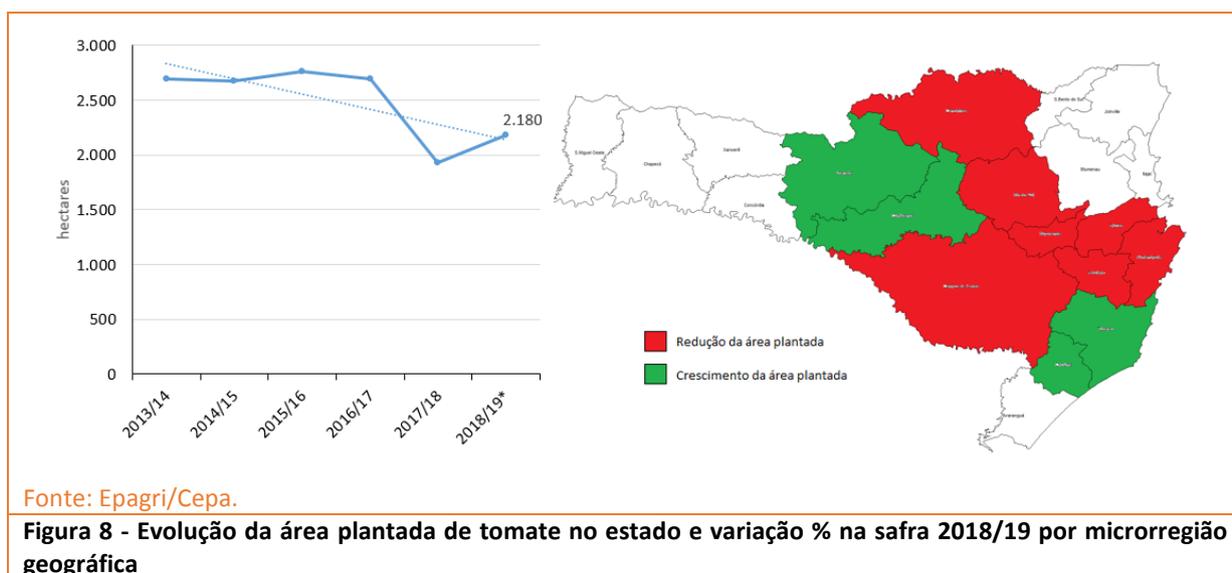
O milho silagem por sua vez teve sua área reduzida na primeira estimativa da safra de 2018/19. A expectativa é que área seja 3,39% menor em relação ao ano anterior, totalizando 218.673 hectares. O plantio da silagem está atrelado ao crescimento da atividade leiteira no estado, de forma que nas microrregiões aonde a produção leiteira vem apresentando crescimento a produção de silagem também cresce, como por exemplo, no sul do estado e meio oeste. Até o final da safra esta área poderá sofrer variações em decorrência de áreas de milho grão que não se viabilizem e sejam convertidas em silagem, sobretudo nas áreas plantadas na safrinha.



A área destinada ao plantio da soja deverá ser 3,57% menor em relação ano anterior. No entanto, com uma previsão de aumento de 1,79% na produtividade, o impacto na produção final deverá ser diluído. Ao todo se estima que haverá o plantio de 661.097 hectares da oleaginosa no estado. As microrregiões que apresentaram maiores tendências de redução foram São Bento do Sul, Ituporanga e Joaçaba, onde também foram observados aumentos da área de milho grão.



No caso do tomate, estima-se que área plantada em 2018/19 será de 2.180 hectares. Essa área é cerca de 13% maior do que a obtida na safra 2017/18, que pelo excesso de produto na safra 2016/17 teve seus preços fortemente reduzidos e desestimulou o plantio no estado. Na safra 2018/19 os preços mostram sinais de recuperação e podem levar a este aumento no plantio.



As estimativas de safra de verão e inverno 2018/19 são atualizadas mensalmente e disponibilizadas na plataforma Infoagro, onde estas e outras estatísticas podem ser consultadas.

## Fruticultura

Neste texto serão analisadas informações relacionadas aos últimos Censos Agropecuários - CA, do IBGE, porém, é necessário destacar que o período de referência e o conceito para agrupamento dos estabelecimentos agropecuários são distintos, entre as pesquisas censitárias.

No Censo de 1995/96 foi considerado o intervalo de 1º de agosto de 1995 à 31 de julho de 1996, ou a safra de verão, para compor os resultados finais de números de estabelecimentos com áreas plantada e em produção, quantidade produzida, valor da produção entre outros. Na pesquisa censitária agropecuária realizada em 2006, o período referenciado foi de 1º de janeiro de 2006 à 31 de dezembro de 2006, ou seja, o ano civil. Já, neste último censo o intervalo de tempo considerado para as informações agrícolas foi de 1º de outubro de 2016 à 30 de setembro de 2017, ou seja, próximo ao ano safra 2016/17.

Em relação aos estabelecimentos agropecuários, no CA 2017, foram consideradas as áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor situadas num único município com os mesmos recursos. No CA 2006, áreas não contínuas relacionadas ao mesmo produtor e situadas em diferentes setores eram consideradas de estabelecimentos diferentes.

Por isso, as informações das pesquisas censitárias analisadas neste texto são uma aproximação das situações das lavouras permanentes nas últimas duas décadas, e são apresentados os dados relacionados à produção oriundos da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE) entre 1996 e 2017 como forma de analisar a evolução das lavouras da fruticultura.

## Banana

Rogério Goulart Junior  
Economista, Dr. - Epagri/Cepa  
[rogeriojunior@epagri.sc.gov.br](mailto:rogeriojunior@epagri.sc.gov.br)

A partir de dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 (CA 2017) e da evolução de área, produção e produtividade resultantes da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE) são analisadas informações sobre a bananicultura catarinense e outros principais produtores.

Conforme o Censo Agropecuário de 2006, oito estados produtores de banana representavam 60,3% dos estabelecimentos com bananais de mais de 50 pés plantados. A maior participação era do Estado baiano com 21,1%, tendo 16,7% da área plantada da bananicultura brasileira. Depois da Bahia, seguem Pernambuco com 11,6% e Minas Gerais com 10,7% dos estabelecimentos, mas com áreas menores que representavam cerca de 9% da área total da lavoura. Já, o estado de São Paulo se destacava por apresentar a segunda maior área, com mais de 50 pés de banana plantados, participando com 15,2% do total; enquanto, o número de estabelecimentos a qual pertencem estas áreas estavam concentrados em apenas 3,6% do total de propriedades produtoras de banana. O Estado catarinense participava com 2,7% do número de estabelecimentos com bananais, em 7,5% de área plantada com a cultura do total nacional.

No Censo Agropecuário de 2017, a Bahia representa 23% do número total de estabelecimentos com 18% da área plantada com mais de 50 pés, e apresentou aumento na área plantada e no número de estabelecimentos entre as duas pesquisas censitárias. Em segundo está Minas Gerais com 9,7% dos estabelecimentos e 10,5% da área plantada, com aumento na área plantada no período (ver tabela); e é seguida de Pernambuco com 9,1% dos estabelecimentos com apenas 6,1% área plantada da cultura. O

Estado paulista participa com 17% da área total plantada da cultura no país, de 9,7% dos estabelecimentos com bananicultura e que apresentou variação positiva na área plantada da cultura. Santa Catarina representou 2,1% dos estabelecimentos com bananicultura e 5% das áreas plantadas com mais de 50 pés existentes.

Entre os dois censos agropecuários (2006 e 2017), destaca-se o aumento na área plantada entre os oito principais estados produtores e o que pode indicar uma tendência a especialização dos estabelecimentos agrícolas produtores da banana.

**Tabela 1 – Banana – Número e Área de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes**

Local	Censo 2006		Censo 2017		Censos 06-17	Censos 06-17
	Num de estab. (unid.)	Área plantada nos estab. (ha)	Num de estab. (unid)	Área plantada nos estab. (ha)	Varição núm. de estab. (%)	Varição area plant. estab. (%)
Ceará	10.962	24.108	8.183	19.356	-25,4	-19,7
Pernambuco	19.951	34.067	18.368	30.872	-7,9	-9,4
Bahia	36.386	61.274	46.603	90.643	28,1	47,9
Minas Gerais	18.414	32.465	19.720	52.882	7,1	62,9
São Paulo	6.164	55.695	6.047	85.599	-1,9	53,7
Paraná	2.902	16.383	2.645	9.009	-8,9	-45,0
<b>Santa Catarina</b>	<b>4.703</b>	<b>27.435</b>	<b>4.167</b>	<b>25.091</b>	<b>-11,4</b>	<b>-8,5</b>
Rio Grande do Sul	4.476	9.278	3.357	10.630	-25,0	14,6
<b>Subtotal (8)</b>	<b>103.958</b>	<b>260.705</b>	<b>109.090</b>	<b>324.082</b>	<b>4,9</b>	<b>24,3</b>
<b>Brasil</b>	<b>172.314</b>	<b>366.433</b>	<b>202.445</b>	<b>503.685</b>	<b>17,5</b>	<b>37,5</b>

Nota: Adaptado das tabelas n.6616 (2017) e n.1101 (2006) dos Censos Agropecuários.

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2006 e 2017).

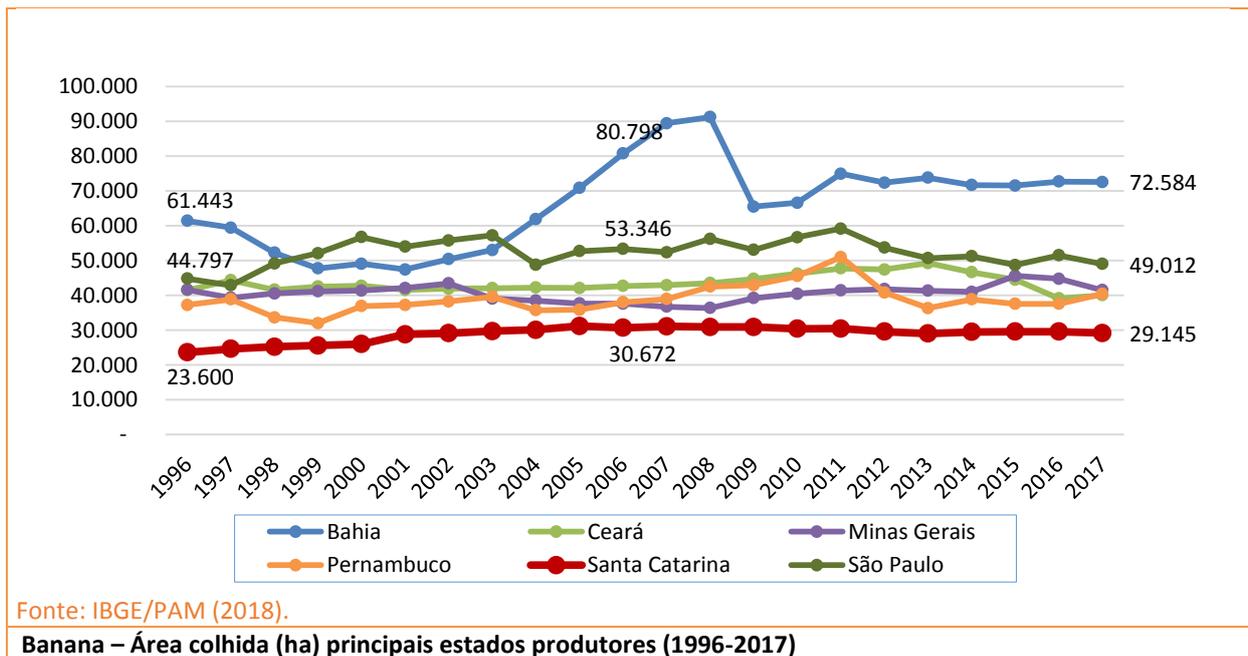
Ao analisar os dados referentes as Pesquisas Agrícolas Municipais (PAM/IBGE) pode-se verificar a evolução da área colhida, quantidade produzida e produtividade média no período que abrange os anos de influência dos dois últimos censos agropecuários brasileiros nas pesquisas municipais anuais realizadas pelo IBGE.

A evolução da área total colhida de banana entre 1996 e 2017 apresentou taxa de crescimento anual negativa de 0,3%, com reduções nos estados do Ceará e de Minas Gerais de 0,2% e 0,01%, respectivamente. Entre os seis principais estados produtores houve crescimento anual da área colhida em Santa Catarina de 1,0% e na Bahia de 0,8%, no período.

Entre 1996 e 2006, houve leve crescimento anual de 0,1% na área em produção, com os maiores aumentos nos estados baiano e catarinense. A Bahia, que em 1996 tinha 12,4% da área em produção da bananicultura nacional, apresentou taxa anual de acréscimo de 2,5%, terminando 2006 com participação de 16% da área total brasileira. Já, Santa Catarina, que representava 4,8% em 1996, finalizou o período com 6,1% do total de área em produção nacional.

O estado paulista também aumentou sua área colhida média, com 1,6% de taxa de crescimento anual, representando 10,6% do total da área dos bananais em 2006. O único Estado, entre os analisados, que reduziu área colhida no período foi Minas Gerais com taxa anual negativa de 0,9%, reduzindo sua participação de 8,4%, em 1996, para 7,5% da área total, em 2006.

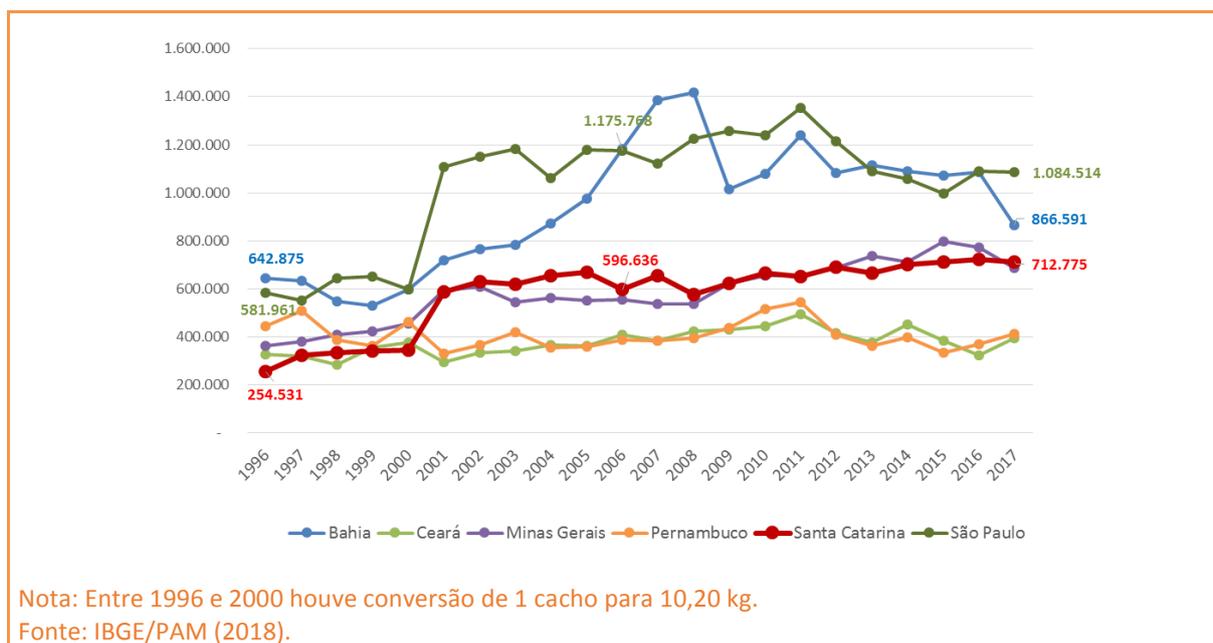
De 2006 a 2017, houve forte redução na áreas em produção da bananicultura, com taxa de crescimento negativa de 0,7% ao ano. Neste intervalo de tempo, o estado mineiro recupera grande parte de sua área com crescimento anual de 0,9% e participação de 8,9% no total nacional; e é seguido pelo estado pernambucano com taxa anual positiva de 0,6% e representando 8,7% da área da bananicultura brasileira. As grandes reduções ficaram por conta do estado da Bahia, com taxa de crescimento negativa de 1% ao ano e do estado de São Paulo, com taxa anual negativa de 0,8%. O estado catarinense aumentou sua participação relativa para 6,3%, em 2017. Porém, em Sata Catarina, houve redução nas áreas em produção de 0,5% ao ano, no período.



No período entre 1996 e 2017 a quantidade produzida da bananicultura brasileira apresentou taxa média de crescimento anual de 1,3%. Os estados com as maiores taxas de crescimento foram Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo, com 5,0%, 3,1% e 3,0%, respectivamente.

De 1996 e 2006, houve taxa de crescimento do volume total da fruta colhida de 2,9% ao ano, em média. Os principais estados produtores que apresentaram os maiores crescimentos no período foram: Santa Catarina com crescimento anual de 8,1% e aumento na participação de 5,0% para 8,6% do total produzido; São Paulo com 6,6% de taxa de crescimento anual com representação de 16,9% em 2006; e Bahia com taxa de crescimento de 5,7% ao ano e participação de 17,0% na quantidade produzida total.

Entre 2006 e 2017, a produção da bananicultura brasileira obteve taxa de crescimento negativa de 0,4% ao ano, com diminuição na produção média anual de 2,8% na Bahia, 0,7% em São Paulo e 0,3% no Ceará. Os estados de Minas Gerais e Santa Catarina apresentaram as maiores taxas de crescimento anual de 2,0% e 1,6% respectivamente. Em 2017, o Estado catarinense participa com 10,3% da produção nacional, atrás apenas de São Paulo (16,2%) e Bahia (13,0%) ultrapassando Minas Gerais que representa 10,3% da quantidade produzida brasileira.

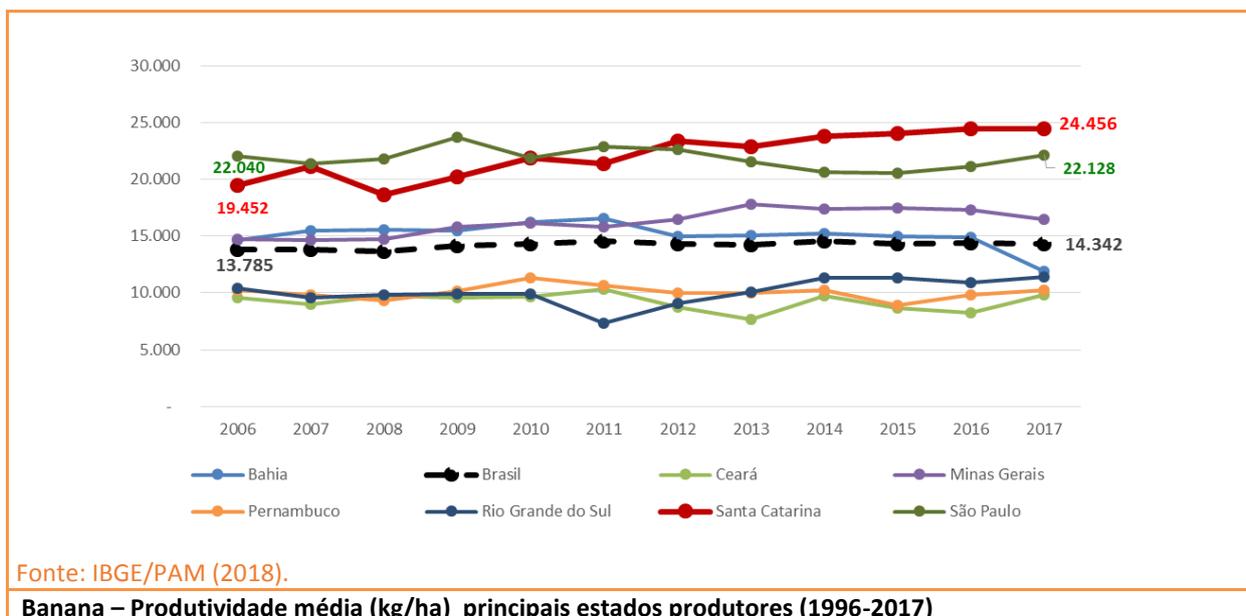


Nota: Entre 1996 e 2000 houve conversão de 1 cacho para 10,20 kg.  
Fonte: IBGE/PAM (2018).

#### Banana – Quantidade produzida (t) principais estados produtores (1996-2017)

Em termos de produtividade média, apenas três estados estão acima da média nacional de 14,3 mil quilos por hectare, em 2017. Nos bananais brasileiros houve crescimento anual de 0,4% no rendimento médio. O Estado catarinense se destaca com taxa anual de crescimento de 2,1% da produtividade média; seguido do Estado mineiro com taxa positiva de 1,0% ao ano.

Os estados de Pernambuco e São Paulo mantêm a produtividade média no período, sendo que o Estado paulista apresenta o segundo melhor rendimento de 2017. Já, a Bahia apresenta decréscimo de 1,8% na taxa anual de produtividade, terminando o período com valor abaixo da média brasileira.



Fonte: IBGE/PAM (2018).

#### Banana – Produtividade média (kg/ha) principais estados produtores (1996-2017)

A partir dos dados analisados referente a aumentos da produtividade média ao longo do tempo pode-se identificar uma tendência de crescimento das áreas e da produção da bananicultura em estados de clima mais temperado como Santa Catarina e São Paulo e a redução em estados tradicionais como Minas Gerais e a Bahia.

## Maçã

Rogério Goulart Junior  
 Economista, Dr. - Epagri/Cepa  
[rogeriojunior@epagri.sc.gov.br](mailto:rogeriojunior@epagri.sc.gov.br)

Conforme dados da maleicultura brasileira, no Censo Agropecuário de 2006, haviam quatro estados produtores de maçã que representavam 98,6% dos estabelecimentos com pomares de maçã com mais de 50 pés plantados. A maior participação era de Santa Catarina com 63,9%, tendo 51,4% da área plantada da maleicultura brasileira. O segundo estado produtor com mais estabelecimentos era o do Rio Grande do Sul com 28,8% do total nacional, em 42,6% das áreas plantadas com de maçã. O estado do Paraná participava com 4,5% do número de estabelecimentos acima de 50 pés de macieiras, em 5,1% de área plantada com a cultura do total nacional.

A partir de dados preliminares referentes ao Censo Agropecuário de 2017, o Estado catarinense representa 68,4% do número total de estabelecimentos com 45,9% da área plantada com mais de 50 pés, podendo indicar redução na área plantada de macieiras entre as duas pesquisas censitárias. Em segundo lugar está o Rio-Grande do Sul com 25% dos estabelecimentos e 49,3% da área plantada, podendo indicar certo aumento na área plantada entre os dois censos (ver tabela). O Estado paranaense participa com 3,6% da área total plantada da cultura no país e 4,1% dos estabelecimentos com maleicultura, com variação negativa na área plantada.

Entre os dois censos agropecuários (2006 e 2017), destaca-se a manutenção da participação da área plantada total dos quatro principais estados produtores, em 99,5%, podendo indicar uma tendência de redução das áreas plantadas e aumento do número de estabelecimentos no estado de Santa Catarina com menores áreas por produtor.

**Tabela 2 – Maçã - Número e Área de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes**

Local	Censo 2006		Censo 2017		Censos 06-17	Censos 06-17
	Num de estab. (unid.)	Área plantada nos estab. (ha)	Num de estab. (unid.)	Área plantada nos estab. (ha)	Variação num. de estab. (%)	Variação área plant. estab. (%)
São Paulo	40	138	41	226	2,5	63,8
Paraná	131	1.757	125	1.205	-4,6	-31,4
<b>Santa Catarina</b>	<b>1.859</b>	<b>17.575</b>	<b>2.104</b>	<b>15.194</b>	<b>13,2</b>	<b>-13,5</b>
Rio Grande do Sul	838	14.562	768	16.328	-8,4	12,1
<b>Subtotal (4)</b>	<b>2.868</b>	<b>34.032</b>	<b>3.038</b>	<b>32.953</b>	<b>5,9</b>	<b>-3,2</b>
<b>Brasil</b>	<b>2.910</b>	<b>34.203</b>	<b>3.078</b>	<b>33.108</b>	<b>5,8</b>	<b>-3,2</b>

Nota: Adaptado das tabelas n.6616 (2017) e n.1101 (2006) dos Censos Agropecuários.

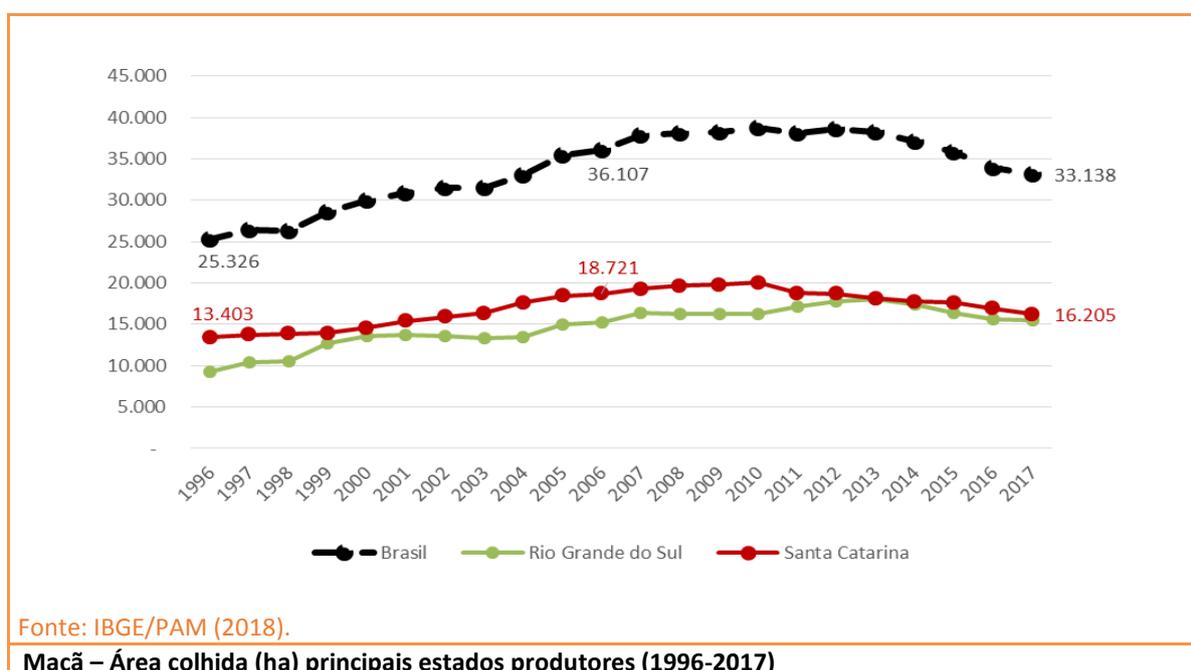
Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2006 e 2017).

Ao analisar os dados referentes as Pesquisas Agrícolas Municipais (PAM/IBGE), a evolução da área total colhida de maçã entre 1996 e 2017 apresentou taxa de crescimento de 1,3% ao ano. Nos principais estados produtores houve crescimento anual da área colhida de 2,5% no estado do Rio Grande do Sul e de 0,9% no estado de Santa Catarina.

Entre 1996 e 2006, houve forte crescimento anual de 3,3% na área em produção. O Rio Grande do Sul, que em 1996 tinha 36,5% da área em produção da maleicultura nacional, apresentou taxa anual de crescimento

de 4,7%, terminando 2006 com participação de 42,3% da área total brasileira. Já, Santa Catarina, que representava 52,9% em 1996, finalizou o período com 51,8% do total de área em produção nacional, mas, com taxa de crescimento positiva de 3,1%, no período.

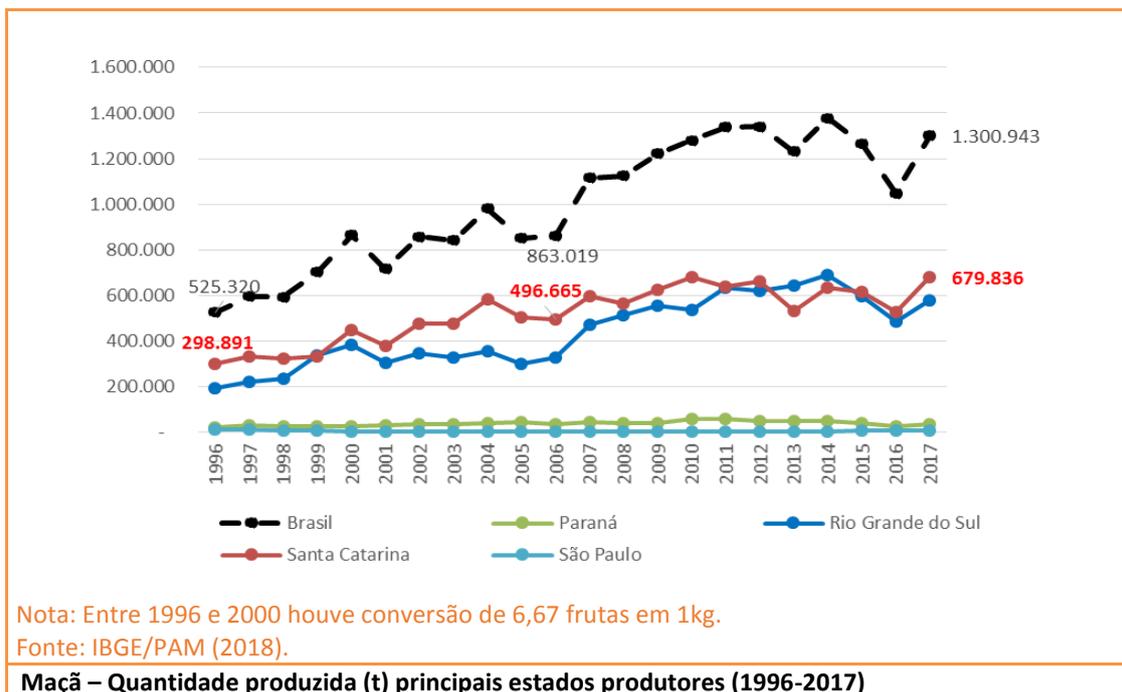
De 2006 a 2017, houve redução na áreas em produção de maçã, com taxa de crescimento negativa de 0,8% ao ano. Neste intervalo de tempo, o Estado catarinense apresentou redução de área com taxa anual negativa de 1,3% e finalizando 2017 com participação de 48,9% da área total da cultura. O Estado gaúcho aumentou sua participação relativa para 46,9%, em 2017, com taxa média de crescimento de 0,2% ao ano nas área colhidas no período. Nos dois estados houveram erradicação de áreas “antigas” e renovação de pomares em outras regiões (como a mesorregião Serrana, em Santa Catarina) com ganhos de produtividade.



No período entre 1996 e 2017 a quantidade produzida da maleicultura brasileira apresentou taxa média de crescimento anual de 4,4%. Os estados com as maiores taxas de crescimento foram Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, com 4,0% e 5,4%, respectivamente.

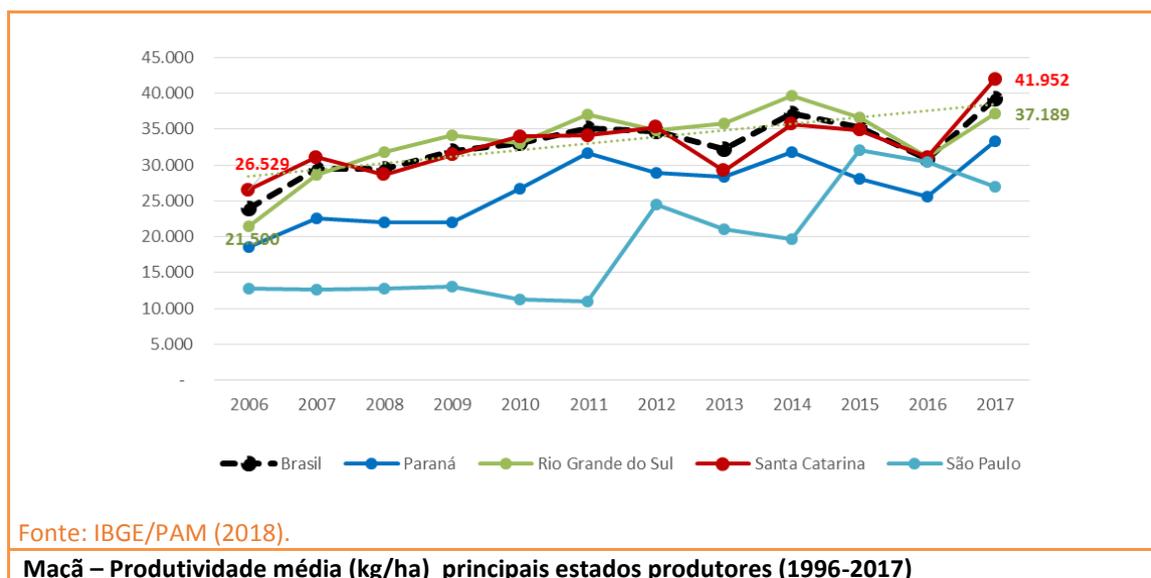
De 1996 e 2006, houve taxa de crescimento do volume total da fruta colhida de 4,6% ao ano, em média. Os principais estados produtores que apresentaram os maiores crescimentos no período foram: Rio Grande do Sul com crescimento anual de 5,0% e aumento na participação de 36,7% para 38,0% do total produzido e Santa Catarina com 4,7% de taxa de crescimento anual com aumento na representação de 56,9% para 57,2%, em 2006. Estes aumentos na produção foram possíveis devido a redução na participação do estado de São Paulo em 8,4 mil toneladas no período.

Entre 2006 e 2017, a produção da maleicultura brasileira obteve taxa de crescimento positiva de 3,8% ao ano. Os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentaram as maiores taxas de crescimento anual de 9,85, 5,3% e 2,9% respectivamente. Em 2017, o Estado catarinense reduziu sua participação relativa de 57,5% para 52,3% da produção nacional, mas com aumento no volume em 183,2 mil toneladas, ou seja, 41,8% do aumento de 437,9 toneladas na quantidade produzida de maçãs em todo Brasil, no período.



Em termos de produtividade média, apenas o Estado de Santa Catarina está acima da média nacional de 39,2 mil quilos por hectare, em 2017. Entre 2006 e 2017, nos pomares brasileiros de maçã houve crescimento anual de 4,6% no rendimento médio. O Estado catarinense apresentou a menor taxa anual de crescimento com 4,3% da produtividade média, pois, os rendimentos nos pomares estão em 41,9 mil quilos por hectare.

Os estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul obtiveram taxas de crescimento positivas; mas, com rendimentos inferiores a média nacional, no período. O Estado rio-grandense apresentou produtividade próxima a média, com 37,2 mil quilos por hectare.



A partir dos dados analisados referentes aos aumentos da produtividade média nos principais estados produtores pode-se identificar uma tendência ao crescimento do volume produzido em áreas menores e mais tecnificadas com destaque para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

## Grãos

### Arroz

Gláucia Padrão  
Economista, Dr<sup>a</sup>. – Epagri/Cepa  
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

O novo Censo Agropecuário realizado em 2017 trouxe a possibilidade de conhecer a realidade rural brasileira. Embora os dados ainda sejam preliminares, algumas análises já podem ser feitas e vem corroborar alguns aspectos já analisados em outras edições deste boletim.

No caso da produção de arroz, a comparação dos dados divulgados pelo Censo Agropecuário e a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), permite constatar que a área colhida dos principais estados produtores estava superestimada na PAM. Exceto para o Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, e Goiás, cujo Censo apontou uma área maior em relação ao que era divulgado pela PAM, nos demais estados a área levantada pelo Censo é menor do que aquela apresentada na pesquisa sistemática. As maiores diferenças ocorreram no Piauí, Maranhão, Pará, Paraná e Mato Grosso, onde as áreas apontadas no Censo foram pelo menos 36% menores. No país, a área apurada foi 6,52% menor.

Em relação à participação na área e produção nacional, o censo apontou para algumas divergências em relação ao que vinha sendo divulgado pela PAM. Rio Grande do Sul e Santa Catarina passaram a ter participações relativamente maiores tanto na área quanto na produção. Isto porque dos dez principais estados produtores, seis tiveram suas áreas e produções significativamente reduzidas, resultando em participações relativamente menores para estes estados, a saber, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Paraná, Rondônia e Piauí. Contudo, o ranking de estados produtores não se alterou em relação ao que vinha sendo divulgado. Destaca-se a redução das áreas de arroz de sequeiro, que em função dos altos custos e baixa produtividade tem resultado em saída dos produtores da atividade.

#### Arroz – Comparativo de dados da PAM e Censo 2017

UF	Censo 2017				Diferença entre Censo e PAM			Censo 2017	
	Área colhida (ha)	Quant. produzida (t)	Rend. Médio (T/ha)	Nº estab.	Área colhida (ha)	Quant. produzida (t)	Rend. médio (t/ha)	Part. área (%)	Part. prod. (%)
RS	1.143.307	9.002.867	7.874	9.273	3,75	3,09	-0,63	64,30	77,23
SC	128.664	947.277	7.362	6.059	-12,35	-15,95	-4,11	7,24	8,13
TO	100.752	513.804	5.100	5.500	-9,60	-25,98	-18,12	5,67	4,41
MT	132.309	424.115	3.205	1.138	-35,84	-34,53	2,04	7,44	3,64
MA	84.733	135.349	1.597	82.857	-46,07	-45,17	1,65	4,77	1,16
PA	41.983	101.913	2.427	12.803	-38,65	-45,66	-11,43	2,36	0,87
PR	16.207	92.695	5.719	4.547	-36,32	-43,55	-11,34	0,91	0,80
GO	22.611	94.802	4.193	1.099	4,16	-23,52	-26,57	1,27	0,81
PI	36.649	63.112	1.722	37.355	-46,14	-40,51	10,45	2,06	0,54
RO	28.735	85.104	2.962	381	-21,76	-18,75	3,85	1,62	0,73
Outros	42.103	196.016	4.656	18.858	-34,39	-55,21	-100,18	2,37	1,68
<b>BR</b>	<b>1.778.053</b>	<b>11.657.054</b>	<b>6.556</b>	<b>179.870</b>	<b>-11,46</b>	<b>-6,52</b>	<b>-9,59</b>		

Fonte: IBGE, 2018.

Entre os aspectos que chamam atenção, destaca-se o aumento da área média colhida das microrregiões geográficas do estado. Observa-se que no estado, comparativamente ao Censo 2006 a área média colhida cresceu cerca de 26,5%. A variação entre as microrregiões foi expressiva, sobretudo em Tubarão e Tabuleiro cuja área média colhida mais que dobrou no período. Como a tendência da área cultivada com

arroz é de certa estabilidade, a explicação para este comportamento é a redução do número de estabelecimentos agropecuários que produzem arroz no estado.

**Arroz – Área Média Colhida por microrregião: comparativo entre o Censo 2006 e 2017**

Microrregião	Área Média colhida		Variação % (2017/2006)
	Censo 2006	Censo 2017	
Araranguá	36,08	31,22	-13,48
Blumenau	8,22	11,27	37,09
Criciúma	47,39	32,29	-31,86
Florianópolis	53,67	69,62	29,72
Itajaí	33,69	26,68	-20,80
Ituporanga	6,60	8,90	34,92
Joinville	16,90	18,86	11,60
Rio do Sul	15,10	9,38	-37,92
Tabuleiro	5,33	10,55	97,73
Tijucas	31,99	41,44	29,54
Tubarão	51,49	114,87	123,07
<b>Santa Catarina</b>	<b>29,05</b>	<b>36,74</b>	<b>26,48</b>

Fonte: IBGE, 2018.

Entre 2006 e 2017 os resultados mostram que o número de estabelecimentos agropecuários no estado, considerando apenas as microrregiões produtoras de arroz irrigado, decresceu 2,28% ao ano, totalizando uma variação de -22,41% no período. Tabuleiro, Blumenau e Florianópolis, foram as microrregiões que apresentaram maiores variações negativas entre um censo e outro. Apesar dos dados do Censo 2017 em relação a distribuição dos estabelecimentos segundo a condição do produtor ainda não terem sido divulgados, certamente a realidade será bem diferente da apresentada em 2006. No Censo de 2006, cerca de 86% dos produtores de arroz em Santa Catarina eram proprietários do estabelecimento, enquanto apenas 13% eram arrendatários ou parceiros. No diagnóstico da produção de arroz irrigado de Santa Catarina, realizado pelo Epaagri/Cepa na safra 2016/17, constatou-se que da área total, cerca de 60% é arrendada ou em parceria. Destaque deve ser dado a microrregião de Tubarão, cuja área arrendada ultrapassou 70% da área total, corroborando o resultado encontrado no Censo 2017 que aponta para um aumento significativo da área média colhida naquela microrregião. Conforme salientado em outras edições desta e outras publicações do Epaagri/Cepa, o aumento dos custos e os baixos preços obtidos tem resultado na saída dos produtores da atividade.

**Arroz - Número de estabelecimentos agropecuários**

Microrregião	Censo 2006	Censo 2017	Var. % 2017/2006	Tx. Cresc (2006 a 2017)
Araranguá	2.162	1.781	-17,62	-1,75
Joinville	1.189	878	-26,16	-2,72
Rio do Sul	1.002	800	-20,16	-2,03
Criciúma	667	540	-19,04	-1,90
Blumenau	773	444	-42,56	-4,92
Itajaí	286	270	-5,59	-0,52
Tubarão	293	220	-24,91	-2,57
Tijucas	28	47	67,86	4,82
Florianópolis	44	27	-38,64	-4,34
Ituporanga	25	21	-16,00	-1,57
Tabuleiro	25	11	-56,00	-7,19
<b>Santa Catarina</b>	<b>6.494</b>	<b>5.039</b>	<b>-22,41</b>	<b>-2,28</b>

Fonte: IBGE, 2018.

**Arroz - Número de estabelecimentos por condição do produtor (%) - Censo 2006**

Microrregião	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Assentado sem titulação definitiva	Ocupante	Produtor sem área
Araranguá	80,93	14,75	2,47	0,53	1,26	0,05
Blumenau	89,79	8,73	1,04	0,15	0,30	0,00
Criciúma	90,08	5,79	2,81	0,00	1,32	0,00
Florianópolis	75,00	20,00	0,00	0,00	5,00	0,00
Itajaí	85,39	11,42	0,46	0,46	0,91	1,37
Ituporanga	95,45	4,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Joinville	89,36	8,70	1,35	0,00	0,39	0,19
Rio do Sul	90,78	5,07	2,19	0,00	1,61	0,35
Tabuleiro	68,75	6,25	6,25	0,00	12,50	6,25
Tijucas	80,77	7,69	11,54	0,00	0,00	0,00
Tubarão	75,31	21,40	1,23	0,00	0,41	1,65
<b>Santa Catarina</b>	<b>85,80</b>	<b>10,69</b>	<b>2,00</b>	<b>0,22</b>	<b>1,05</b>	<b>0,24</b>

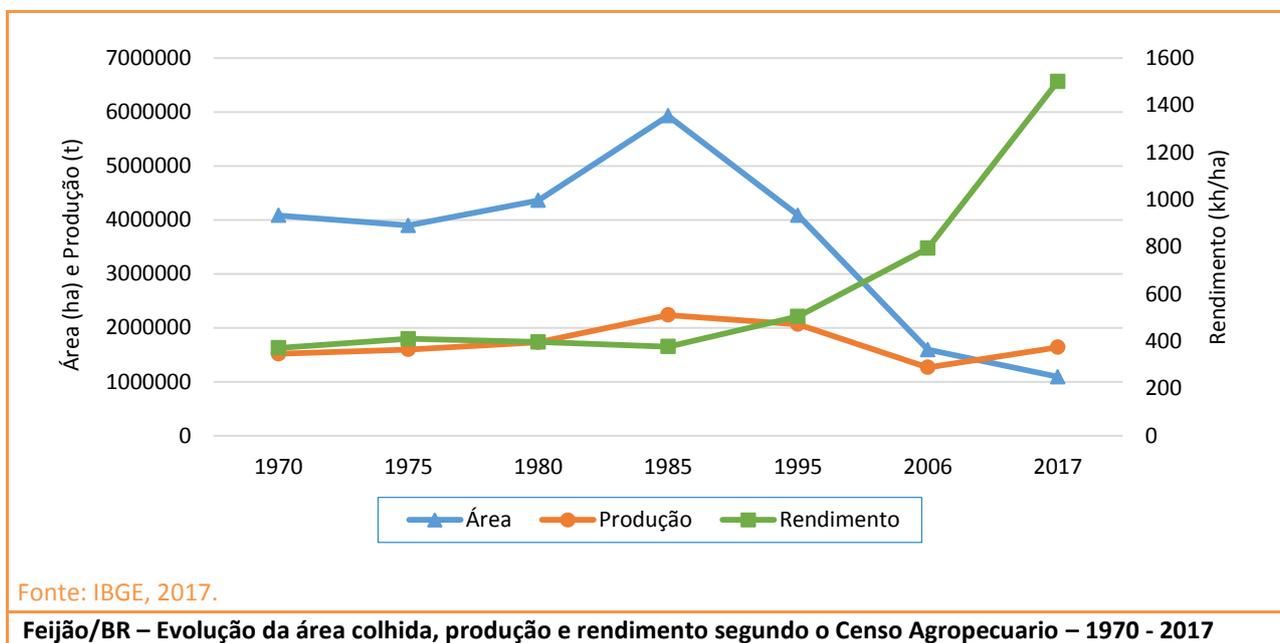
Fonte: IBGE, 2018.

## Feijão

João Rogério Alves  
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa  
joaoalves@epagri.sc.gov.br

O Censo Agropecuário 2017 nos revelou, mesmo que de forma preliminar, um novo cenário nacional para a cultura do feijão. A partir da análise dos dados disponibilizados pelo IBGE, podemos relacionar alterações de área, produção e rendimento dos Estabelecimentos Agropecuários – EA, que produzem feijão em todo território nacional ao longo do tempo. Nos últimos 47 anos, os diferentes censos agropecuários traçaram um retrato do que ocorreu no País em relação à cultura do feijão grão. É possível perceber que a área colhida teve pico de crescimento registrado no censo agropecuário de 1985, a partir daí a queda na área foi bastante abrupta. Entre os censos de 1985 e 2017, a redução foi de mais de 81%. Nesse mesmo intervalo de tempo o número de EA produtores de feijão caiu cerca de 32% e a queda na produção chegou a 27%.

Com menos gente produzindo feijão e caindo área e produção, a consequência aparente seria de desabastecimento do produto. Isso só não se confirmou porque tivemos um crescente aumento em produtividade das lavouras de feijão, o que tem garantido a regularidade da oferta de feijão ao longo das últimas décadas. Entre 1985 e 2017, o incremento no rendimento médio foi de quase 300%, boa parte desse aumento pode ser atribuído a intensificação no uso de insumos, como corretivos, fertilizantes e máquinas. Da mesma forma, é inegável também que o melhoramento genético propiciou o surgimento de variedades altamente produtivas e resistentes a inúmeras doenças e pragas que antes prejudicavam a cultura.



O Censo Agropecuário de 2017 traz o levantamento da cultura do feijão grão agrupado em três tipos: feijão-preto; feijão-cor e feijão-fradinho. Já o Censo Agropecuário de 2006, trouxe os feijões agrupados também em três tipos, mas assim descritos: feijão-preto; feijão-cor e feijão-fradinho, cupi, de corda ou macáçar. Assim, a fim de delimitarmos a evolução do número de EA com produção de feijões, consideramos todos os tipos levantados, mesmo sabendo que alguns tipos são produzidos apenas em algumas regiões do País.

Nesses onze anos, entre os censos agropecuários de 2006 e 2017, podemos verificar que na maioria das regiões brasileiras houve redução no número de EA que declararam produzir feijão. Em nível nacional, essa redução foi de apenas 4%. Na Região Norte, que concentra apenas 2% dos EA, essa redução chegou a 25%. Já na região Nordeste, que concentra cerca de 74% dos EA produtores de feijão, observamos que houve um acréscimo de 1% na quantidade de EA. Nas Regiões Sudeste e Centro Oeste, o número de EA diminuiu em 10%, sendo que as duas regiões juntas respondem por cerca de 10% dos EA. Na Região Sul o decréscimo nos EA produtores de feijão foi de 19%, sendo que essa região concentra cerca de 14% dos EA produtores de feijão do País.

**Tabela 1 – Comparativo número de estabelecimentos agropecuários com feijão grão<sup>(1)</sup> – 2017/2006**

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Nº estab. agrop. produtores de feijão-grão (unidades)		Variação (%) estab. prod. Feijão-grão 2017/2006
	2017	2006	
<b>Brasil</b>	<b>1.446.587</b>	<b>1.513.432</b>	<b>-4</b>
<b>Norte</b>	<b>31.611</b>	<b>42.429</b>	<b>-25</b>
Rondônia	3.750	12.589	-70
Acre	2.838	4.825	-41
Amazonas	218	2.176	-90
Roraima	14.823	187	7827
Pará	2.157	19.144	-89
Amapá	744	49	1418
Tocantins	7.081	3.459	105
<b>Nordeste</b>	<b>1.071.641</b>	<b>1.066.001</b>	<b>1</b>
Maranhão	51.718	35.425	46
Piauí	158.763	127.464	25
Ceará	309.900	268.229	16
Rio Grande do Norte	31.954	47.777	-33
Paraíba	99.117	101.884	-3
Pernambuco	135.413	154.755	-12
Alagoas	54.335	62.624	-13
Sergipe	9.976	17.197	-42
Bahia	220.465	250.646	-12
<b>Sudeste</b>	<b>137.942</b>	<b>153.646</b>	<b>-10</b>
Minas Gerais	111.806	131.617	-15
Espírito Santo	17.310	13.220	31
Rio de Janeiro	2.887	2.322	24
São Paulo	5.939	6.487	-8
<b>Sul</b>	<b>197.627</b>	<b>242.732</b>	<b>-19</b>
Paraná	63.384	80.958	-22
Santa Catarina	34.678	43.090	-20
Rio Grande do Sul	99.565	118.684	-16
<b>Centro-Oeste</b>	<b>7.766</b>	<b>8.624</b>	<b>-10</b>
Mato Grosso do Sul	1.838	2.382	-23
Mato Grosso	1.524	2.499	-39
Goiás	3.611	3.048	18
Distrito Federal	793	695	14

<sup>(1)</sup> Feijão grão = feijão-preto, feijão-cor, feijão-fradinho, feijão-cupi, feijão de corda ou feijão macáçar.

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2017.

Nas últimas décadas, o setor produtivo rural em seu processo de modernização, obteve avanços significativos nas áreas de sementes melhoradas, resistência de plantas a pragas e doenças, novas gerações de inseticidas, fungicidas e herbicidas. Ao mesmo tempo, a modernização da agricultura provocou a desestruturação das relações sociais existentes no meio rural, intensificando o trabalho assalariado e

provocando o êxodo rural, sobretudo dos jovens que enxergam nas grandes cidades melhores oportunidades de geração de renda. Com a cultura do feijão não foi diferente, essa atividade produtiva perdeu cerca de 67 mil EA produtores de feijão, isso significa dizer que o Brasil perdeu cerca de 50% da área colhida de feijão grão em 11 anos. Percentual idêntico em perda de área também foi diagnosticado em Santa Catarina, o que corresponde a aproximadamente 8,4 mil EA, ou ainda, 61,6 mil hectares de feijão grão deixaram de ser colhidos em território catarinense.

Sendo o Brasil um País com dimensões continentais, análises regionais devem ser feitas a fim de compreendermos os diferentes contextos da produção nacional de feijão. Mesmo perdendo metade de sua área de feijão, em algumas Regiões do Brasil foi observado crescimento da área colhida. Na Região Sudeste, esse crescimento foi de cerca de 4%, e na Região Centro Oeste, o crescimento foi de surpreendente 218%, ou seja, praticamente triplicou a área de feijão nos estados dessa região. Essas duas regiões se caracterizam por apresentar uma produção de feijão grão altamente mecanizada e com plantio em grandes áreas e, em muitos casos, com uso de sistemas de irrigação, fatores que imprimem à atividade um caráter empresarial. Um exemplo disso é o estado do Mato Grosso, onde a área colhida passou de 27,7 para 191,7 mil hectares, crescimento de 993%. Nas demais Regiões do País a área colhida caiu significativamente, nas Regiões Norte, Nordeste e Sul, esse percentual de redução foi de 73, 67 e 46%, respectivamente.

No que se refere a relação do número de EA produtores de feijão e a área colhida de feijão, o censo mostrou que na Região Centro Oeste, a área média por EA produtor de feijão é de 42,21ha/EA, número que corrobora a característica empresarial da exploração da atividade nessa região. Já na Região Sudeste é de 2,87ha/EA, na Região Sul, essa relação cai para 1,8ha/EA, e na Região Nordeste, apenas 0,91ha/EA. A área média colhida de feijão grão em relação ao número de EA produtor de feijão no País ficou em cerca de 1,45ha/EA.

**Tabela 2 – Comparativo, área colhida, produção e rendimento com feijão grão – Censo 2017/Censo 2006**

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2017			2006			Variação (%) 2017/2006		
	Feijão-preto, feijão-cores e feijão-fradinho em grão			Feijão-preto, feijão-cor, feijão-fradinho, feijão-caupi, feijão de corda ou macáçar			Área colhida	Produção	Rend.
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento (Kg/ha)			
<b>Brasil</b>	<b>2.092.011</b>	<b>2.232.326</b>	<b>1.067</b>	<b>4.213.335</b>	<b>3.088.082</b>	<b>733</b>	<b>-50</b>	<b>-28</b>	<b>46</b>
<b>Norte</b>	<b>49.268</b>	<b>40.819</b>	<b>829</b>	<b>182.755</b>	<b>93.151</b>	<b>510</b>	<b>-73</b>	<b>-56</b>	<b>63</b>
<b>Nordeste</b>	<b>971.714</b>	<b>323.405</b>	<b>333</b>	<b>2.907.252</b>	<b>1.541.196</b>	<b>530</b>	<b>-67</b>	<b>-79</b>	<b>-37</b>
<b>Sudeste</b>	<b>396.177</b>	<b>733.204</b>	<b>1.851</b>	<b>381.577</b>	<b>492.234</b>	<b>1.290</b>	<b>4</b>	<b>49</b>	<b>43</b>
Minas Gerais	288.439	509.401	1.766	261.409	316.128	1.209	10	61	46
Espírito Santo	22.629	8.861	392	21.449	11.873	554	6	-25	-29
Rio de Janeiro	1.828	2.865	1.567	5.609	7.105	1.267	-67	-60	24
São Paulo	83.283	212.079	2.546	93.110	157.128	1.688	-11	35	51
<b>Sul</b>	<b>347.086</b>	<b>551.684</b>	<b>1.589</b>	<b>638.840</b>	<b>781.379</b>	<b>1.223</b>	<b>-46</b>	<b>-29</b>	<b>30</b>
Paraná	232.258	379.958	1.636	325.277	488.726	1.502	-29	-22	9
Santa Catarina	61.446	101.827	1.657	123.042	185.245	1.506	-50	-45	10
Rio Grande do Sul	53.382	69.899	1.309	190.521	107.408	564	-72	-35	132
<b>Centro-Oeste</b>	<b>327.766</b>	<b>583.216</b>	<b>1.779</b>	<b>102.911</b>	<b>180.122</b>	<b>1.750</b>	<b>218</b>	<b>224</b>	<b>2</b>
Mato G. do Sul	11.412	13.911	1.219	12.967	14.208	1.096	-12	-2	11
Mato Grosso	191.728	289.336	1.509	17.546	27.760	1.582	993	942	-5
Goiás	106.329	242.200	2.278	58.154	109.225	1.878	83	122	21
Distrito Federal	18.297	37.768	2.064	14.244	28.928	2.031	28	31	2

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2017.

A partir da divulgação dos dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, analisamos de maneira comparativa os dados que vem sendo considerados oficiais pelo IBGE. Dados esse apurados no Levantamento Sistemáticos da Produção Agrícola – LSPA e na Produção Agrícola Municipal – PAM de 2017. É possível identificar que há distorções nos números bastante significativas entre as duas pesquisas, na maioria dos estados e regiões brasileiras, os números da PAM 2017 estão bem superiores ao que retratou o Censo 2017. Em termos percentuais, a diferença na área colhida de feijão grãos no Brasil chega a 34%, e na produção 36%. No principal estado produtor, o Paraná, essa diferença na área colhida e na produção chega a 82%, o que retira o estado da primeira posição nacional, visto que pelos dados do Censo, Minas Gerais está na primeira posição. Isso nos leva a concluir que os dados que vinham sendo divulgados como oficiais estão na maioria dos casos, superestimados, aspecto que merece uma análise mais criteriosa e detalhada acerca do por que dessas diferenças tão significativas entre os dois levantamentos.

**Tabela 3 – Comparativo, área colhida, produção e rendimento com feijões – Censo 2017/PAM 2017**

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Censo 2017			PAM 2017			Variação (%) Censo 2017/PAM 2017		
	Feijão-preto, feijão-cores e feijão-fradinho em grão			Feijão 1ª, 2ª e 3ª safras em grão			Área colhida	Prod.	Rend.
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. (Kg/ha)			
<b>Brasil</b>	<b>2.092.011</b>	<b>2.232.326</b>	<b>1.067</b>	<b>2.795.284</b>	<b>3.033.017</b>	<b>1.085</b>	<b>34</b>	<b>36</b>	<b>2</b>
<b>Norte</b>	<b>49.268</b>	<b>40.819</b>	<b>829</b>	<b>81.410</b>	<b>68.565</b>	<b>842</b>	<b>65</b>	<b>68</b>	<b>2</b>
<b>Nordeste</b>	<b>971.714</b>	<b>323.405</b>	<b>333</b>	<b>1.308.146</b>	<b>488.567</b>	<b>373</b>	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>12</b>
<b>Sudeste</b>	<b>396.177</b>	<b>733.204</b>	<b>1.851</b>	<b>402.212</b>	<b>777.437</b>	<b>1.933</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>4</b>
Minas Gerais	288.439	509.401	1.766	291.665	498.441	1.709	1	-2	-3
Espírito Santo	22.629	8.861	392	11.048	11.674	1.057	-51	32	170
Rio de Janeiro	1.828	2.865	1.567	1.576	1.699	1.078	-14	-41	-31
São Paulo	83.283	212.079	2.546	97.923	265.623	2.713	18	25	7
<b>Sul</b>	<b>347.086</b>	<b>551.684</b>	<b>1.589</b>	<b>556.100</b>	<b>920.241</b>	<b>1.655</b>	<b>60</b>	<b>67</b>	<b>4</b>
Paraná	232.258	379.958	1.636	423.819	691.867	1.632	82	82	0
Santa Catarina	61.446	101.827	1.657	66.528	129.591	1.948	8	27	18
Rio G. do Sul	53.382	69.899	1.309	65.753	98.783	1.502	23	41	15
<b>Centro-Oeste</b>	<b>327.766</b>	<b>583.216</b>	<b>1.779</b>	<b>447.416</b>	<b>778.207</b>	<b>1.739</b>	<b>37</b>	<b>33</b>	<b>-2</b>
Mato G. do Sul	11.412	13.911	1.219	22.908	31.338	1.368	101	125	12
Mato Grosso	191.728	289.336	1.509	259.031	352.422	1.361	35	22	-10
Goiás	106.329	242.200	2.278	150.523	349.822	2.324	42	44	2
Distrito Federal	18.297	37.768	2.064	14.954	44.625	2.984	-18	18	45

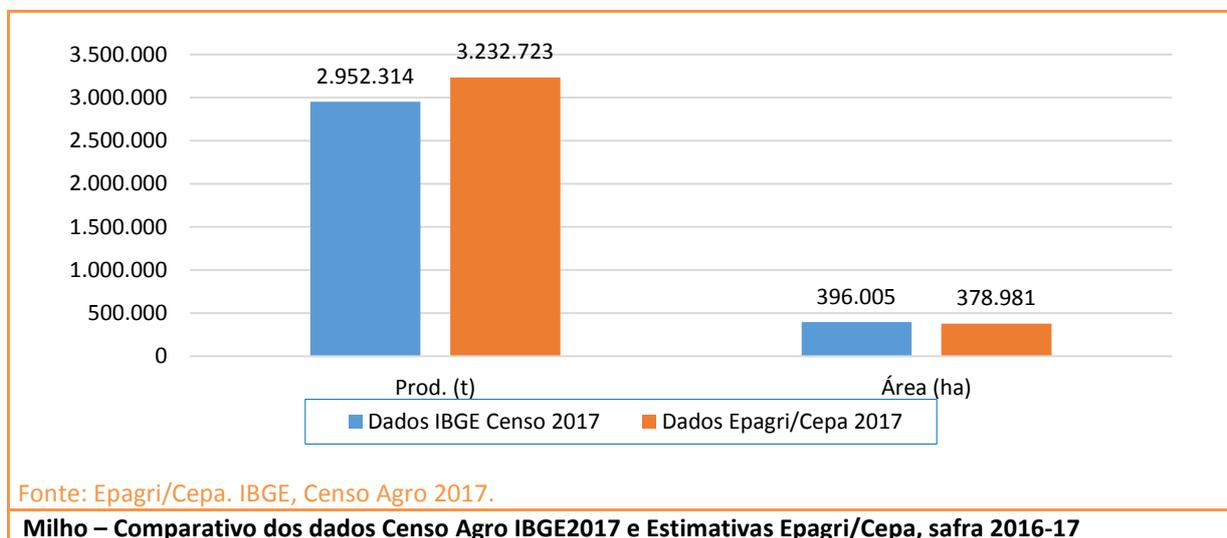
Fonte: Censo, 2006 e 2017.

## Milho

Haroldo Tavares Elias  
Engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Cepa  
[htelias@epagri.sc.gov.br](mailto:htelias@epagri.sc.gov.br)

O monitoramento e acompanhamento sistemático da produção e mercado das principais lavouras de grãos são de importância estratégica para o setor produtivo, cooperativas, agentes financeiros e agroindústrias do Estado. O conhecimento da evolução e dinâmica da produção de grãos no Estado fornece subsídios importantes para o planejamento da produção e dos fluxos para o armazenamento e distribuição dos produtos. Alterações nessas expectativas e desequilíbrios nas relações de oferta e demanda, são determinantes para o bom desempenho dos produtores agrícolas e das cadeias produtivas, com repercussões econômicas e sociais em todo o estado. As informações resultantes do monitoramento da produção, oferta e demanda, mercado de grãos são, portanto, fundamentais para análise conjuntural, perceber as tendências, prospectar mercados, além de servir como importante instrumento para a formulação e aplicação de políticas públicas, direcionar programas de pesquisa e difusão de tecnologias e, eventualmente, de mitigação de consequências, quando essa evolução for comprometida por fatores econômicos, meteorológicos e ambientais (Projeto Acompanhamento de Safra – Epagri/Cepa).

Em 2017, após onze anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE foi a campo para conhecer as características e a produção de todos os estabelecimentos agropecuários do território brasileiro. O Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017, é a mais completa investigação estatística e territorial sobre a produção agropecuária do país, que mobilizou milhares de pessoas desde a fase de seu planejamento até a divulgação dos resultados. O Censo Agropecuário teve a coleta de dados executada de outubro de 2017 a fevereiro de 2018, adotando-se como referência o período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, ao qual deverão estar relacionados os dados sobre a propriedade, produção, área, pessoal ocupado e outras informações relevantes.

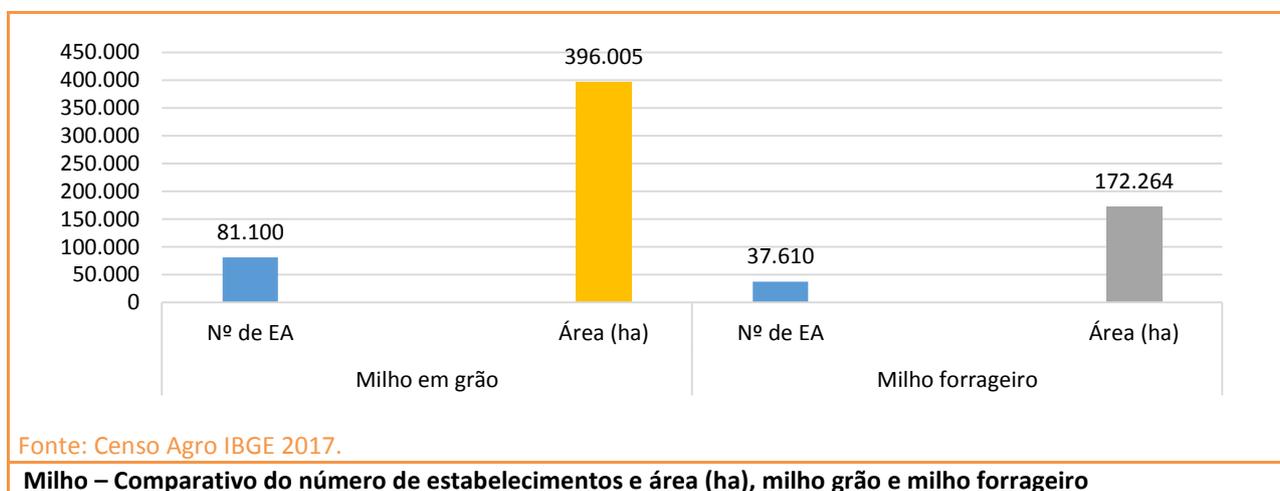


Os ajustes das informações de área, produção e rendimento, bem como outros dados pertinentes, como número de estabelecimentos agropecuários, área média cultivada por estabelecimento nos três informações da tipificação do perfil da produção catarinense. Deste modo, as informações de área e produção de milho levantadas pelo Censo IBGE 2017 e dados Epagri/Cepa para Santa Catarina, conforme figura anterior (Milho – Comparativo de dados Censo...) nos mostra que há uma diferença de área de cultivo de milho, de 17.024 hectares, que corresponde 4,02%. A estimativa da Epagri foi inferior aos dados apurados pelo Censo. Assim, podemos realizar algumas considerações:

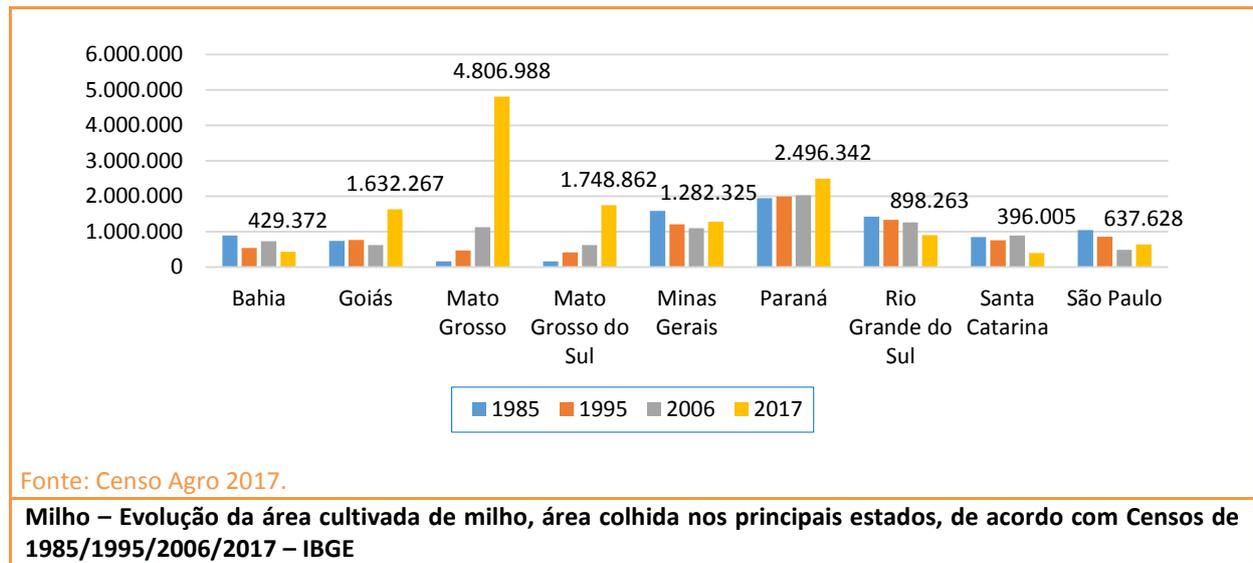
- Existem diferenças metodológicas entre os levantamentos do IBGE e Epagri.
- O Censo agropecuário faz uma varredura completa de todas as propriedades, agricultores, além do mais, levanta informações pormenorizadas de áreas de cultivo, inclusive para consumo de milho no estabelecimento.
- Considerando as diferenças metodológicas, a margem de 4% de diferença não chega a ser significativa. Desta forma, as estimativas realizadas pela Epagri em termos de área de cultivo de milho em Santa Catarina refletem a realidade do cultivo ao longo dos anos no Estado.

### Milho grão e milho silagem

Os dados do Censo divulgados pelo IBGE são preliminares, quando houver a disponibilização dos dados definitivos será possível fazer análises mais aprofundadas. Mas, segundo os dados preliminares, 81.100 estabelecimentos cultivaram 396.005 hectares de milho grão em Santa Catarina, o que dá uma área média de 5,09ha por estabelecimento. Considerando que em algumas regiões (Curitibanos, Xanxerê, Abelardo Luz, Canoinhas, Mafra e Lages) são cultivadas médias e grandes áreas (algumas acima de 100ha), conclui-se que milhares de estabelecimentos cultivam áreas inferiores a esses 4,88 ha, especialmente os estabelecimentos com pequenas lavouras de subsistência. No que diz respeito ao milho forrageiro 37.610 estabelecimentos cultivaram 172.264ha, o que dá uma área média de 4,58ha/por estabelecimento. Essa expressiva quantidade de estabelecimentos e de área com milho silagem está relacionada a importância da pecuária leiteira no Estado, que atualmente é o quarto maior produtor de leite do País, com 2,83 bilhões de litros de leite (Censo 2017).

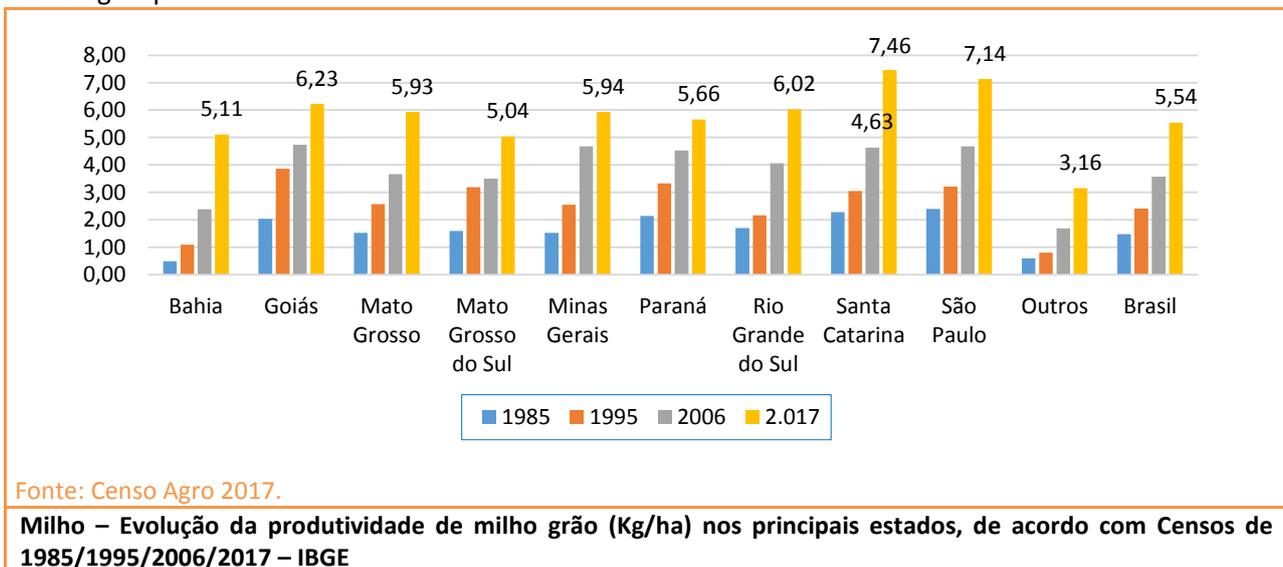


A evolução da área cultivada de milho no Brasil, considerando os principais estados produtores, apresenta uma grande ampliação nos Estados do Centro Oeste e Paraná, onde o cultivo de milho segunda safra teve uma forte incremento, sendo o cultivo em sucessão a soja. Mato Grosso, Paraná e Mato Grosso do Sul são os maiores produtores, somando aproximadamente 9 milhões de hectares. Mato Grosso é disparado o maior produtor de milho segunda safra. Por outro lado, nos Estados do sul, em especial Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a área cultivada de acordo com o Censo Agro -2017 vem reduzindo consistentemente, com o avanço do cultivo da soja, alavancado pelos preços mais estáveis, maior liquidez e forte demanda do mercado internacional.



### Produtividade

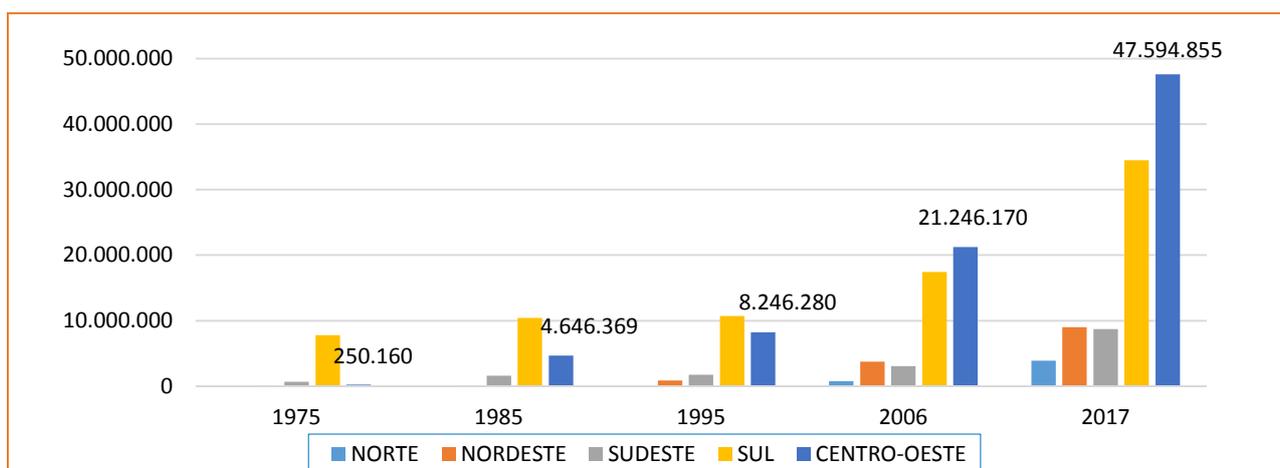
No tocante a produtividade de milho registrada no Censo, considerando os estados com maior produção, o quadro muda, Santa Catarina, apesar de ter uma produção relativamente pequena, tem destaque neste item em relação aos demais estados. Possui a maior produtividade dentre o conjunto dos estados representados no Gráfico a seguir. Com 7,46t/ha alcança a primeira posição, seguido por São Paulo com 7,14t/ha. Ressalta o grande avanço de produtividade no estado entre os Censos 2006 e 2017, passando de 4,6t/ha para 7,46t/ha. A adoção de novas tecnologias, incluindo cultivares modernas, e melhoria de manejo das lavouras, além de apoio de programa de sementes da Secretaria de Estado da Agricultura ao longo dos anos tem sido fatores que impulsionaram a produtividade. Além disto, muitas áreas recebem adubação complementar em virtude da disponibilização de resíduos orgânicos da suinocultura e avicultura, que certamente contribui para fertilidade dos solos do estado, nos levantamentos realizados pela Epagri/Cepa. Na região Centro Oeste a produtividade está entre 5-6t/ha, o cultivo nestas área é de milho segunda safra, pós soja, no qual possui riscos climáticos em função da janela estreita para plantio nestas regiões (sujeita a frio e estiagens), conforme registrado nesta última safra 2017/18. Mesmo assim, Santa Catarina é destaque neste aspecto, o que nos mostra que, mesmo em áreas menores é possível alcançar bons rendimentos com tecnologia aplicada.



## Soja

Haroldo Tavares Elias  
Engenheiro-agrônomo, Dr. – Epagri/Cepa  
[htelias@epagri.sc.gov.br](mailto:htelias@epagri.sc.gov.br)

Até os anos 50, a pequena produção da oleaginosa era consumida como forragem para bovinos ou como grão para o engorda de suínos nas pequenas unidades produtoras do interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sua trajetória de crescimento, sem paralelo na história do País, começou na década de 1970 (Figura) e, em pouco mais de 20 anos se converteu na cultura líder do agronegócio brasileiro. No contexto mundial, o Brasil figura como o segundo produtor, com claras indicações de que será o primeiro, ainda no correr desta década, dadas as limitações de área para expansão nos demais países produtores e pelo domínio tecnológico que o País possui para produzir em regiões tropicais com baixas latitudes<sup>1</sup>. A região Centro Oeste, que não tinha representação de cultivo na década de 70, na década de 90 apresenta grande expansão de área de cultivo, se consolidando nos anos 2.000 como a maior região produtora do Brasil, representando próximo de 40% do volume produzido, de um total da safra brasileira de 119,3 9 milhões de toneladas (Conab, set./2018). Dentre as regiões que apresentaram maior crescimento da soja, Centro Oeste tem destaque, mais que duplicando a área de cultivo entre os Censos 2006 e 2017.

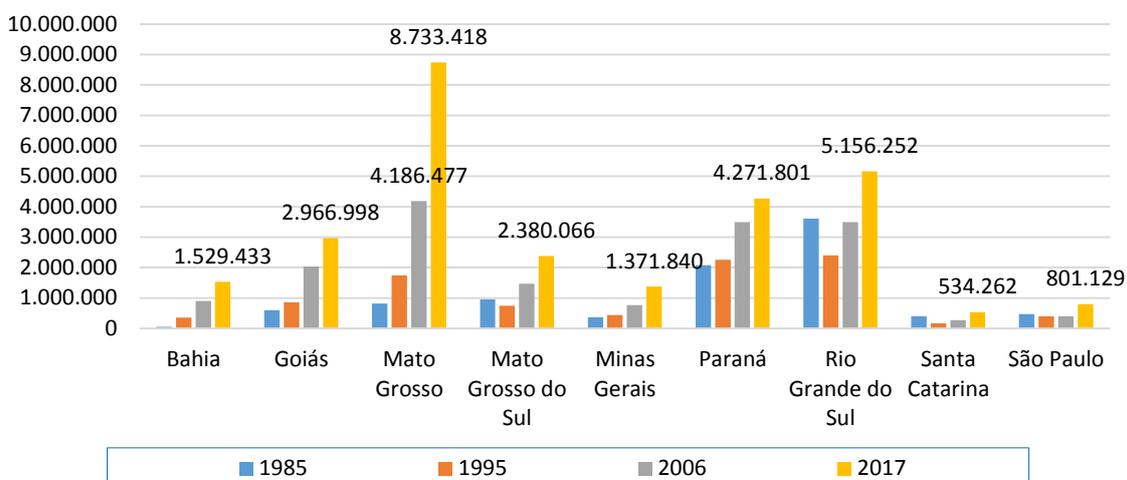


Fonte: Censo IBGE/2017.

### Soja – Evolução da produção por região (t/ha) – Censos 1975-2017

Dentre os estados que teve destaque, Mato Grosso apresentou rápido crescimento da área de cultivo, entre os Censos de 2006 e 2017 passou de 4,18 para 8,73 milhões de hectares. Os principais fatores apontados pela grande expansão da sojicultura na região do cerrado estão: a adaptação de novas cultivares de soja (pesquisa nacional), antes restrita a condições de clima subtropical; as políticas governamentais de incentivo à produção de commodities para exportação; a necessidade de o país gerar divisas para equilibrar sua balança de pagamentos; as características topográficas do cerrado propícias ao desenvolvimento da agricultura mecanizada e, o aumento da demanda mundial pela soja e seus derivados em especial da China nas últimas décadas pela oleaginosa, que atualmente absorve em torno de 80% das exportações brasileiras.

<sup>1</sup> [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01\\_10\\_271020069131.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_10_271020069131.html)

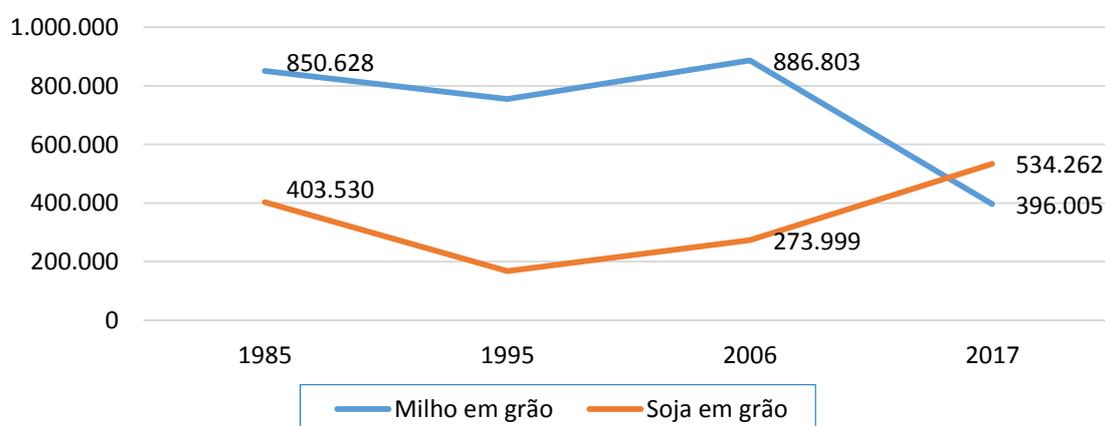


Fonte: IBGE – Censo- Agropecuário 2017.

**Soja – Evolução da área de cultivo de soja (ha), estados maiores produtores, incluindo Santa Catarina**

**Panorama estadual – soja e milho – Censos 1985/1995/2006/2017**

Em Santa Catarina, o panorama não é diferente, o avanço da soja ocorre, no entanto, num ritmo menor comparativamente a de outros estados do Centro Oeste. Aqui, somente em 2013/14 é que a leguminosa ultrapassa em área cultivada o milho. Na safra 2016/17, o Censo registra 534.262 ha. No gráfico abaixo mostra um comportamento inverso entre a área cultivada de milho e soja. O milho apresentava área de cultivo de mais de 850 mil hectares em 1985, agora no Censo 1997 a área se reduz mais da metade. Por outro lado, há uma ascensão da área cultivada de soja que, entre os Censos de 2006 e 2017 chega a duplicar a área de cultivo, incorporando mais de 250 mil hectares. A área de cultivo da soja avança sobre áreas de milho, mas também em áreas de feijão, pastagens e outras culturas, impulsionada principalmente pela demanda do comércio internacional, preços relativamente estáveis e com boa liquidez.



Fonte: IBGE – CENSO- AGRO 2017.

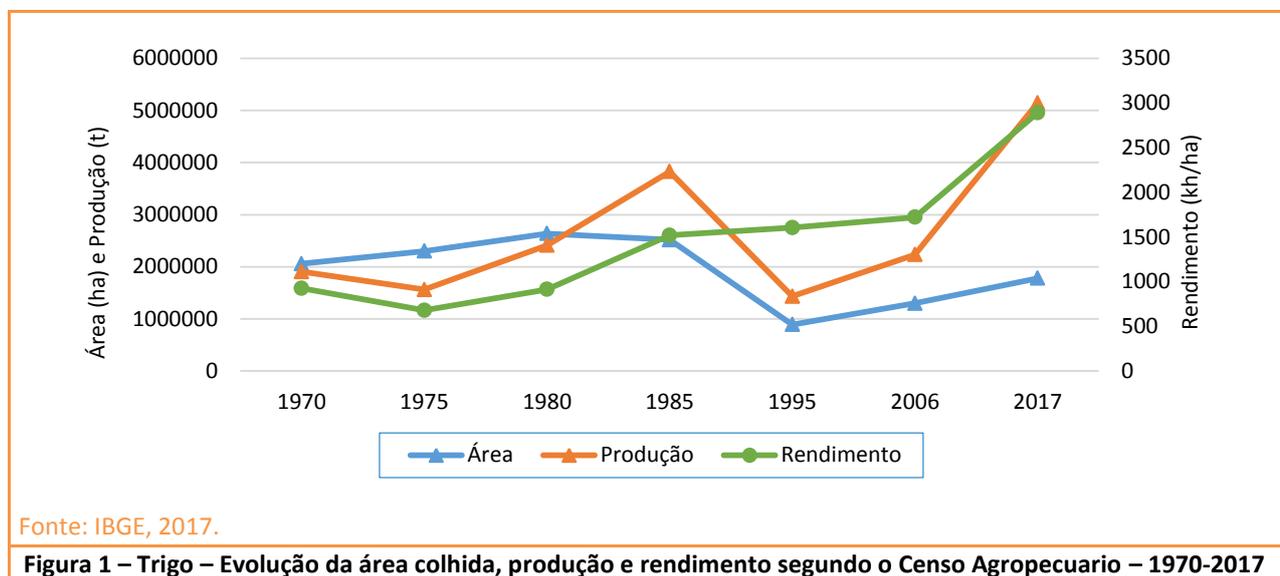
**Soja e Milho – Evolução da área de cultivo de soja e milho Santa Catarina, censos 1985-2017**

## Trigo

João Rogério Alves  
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa  
[joaoalves@epagri.sc.gov.br](mailto:joaoalves@epagri.sc.gov.br)

O trigo é a principal cultura de inverno do Brasil. Ao longo das últimas décadas novas variedades foram desenvolvidas por instituições de pesquisa brasileiras com o objetivo de adaptar a cultura aos diferentes tipos de clima e solo do País. O aprimoramento genético da cultura possibilitou sua expansão para regiões onde antes era inviável o seu cultivo. A partir da análise do desenvolvimento da atividade, tendo como base de dados os censos agropecuário realizados entre 1970 e 2017, é possível retratar o que ocorreu no País em relação à triticultura nos últimos 47 anos.

Até o censo agropecuário realizado de 1985, a cultura vinha se desenvolvendo satisfatoriamente, com crescentes ganhos em produção e produtividade e sem grandes variações na área colhida. A partir dessa data, a atividade passou por uma crise, que se refletiu na queda da produção e da área colhida. Entretanto, observamos que não houve interrupção nos ganhos de produtividade, o que demonstra que a pesquisa no aperfeiçoamento genético da cultura não foi interrompido, pois certamente variedades mais produtivas e adaptadas às condições do Brasil chegaram ao mercado, permitindo crescentes aumentos no rendimento médio do trigo, que passou de 1.500kg/ha em 1985, para 2.891kg/ha em 2017, aumento de 93% em produtividade em 32 anos, já a produção passou de 1,4 para 5,1 milhões de toneladas, aumento de 264%, enquanto a área colhida reduziu cerca de 41% no mesmo período.



O último censo agropecuário nos revelou que entre 2006 e 2017, o número de estabelecimentos que cultivam trigo cresceu 3%, número que representa a incorporação de 1.172 Estabelecimentos Agropecuários - EA na atividade tritícola. Nos estado da Região Sudeste foi onde houve o maior incremento no número de EA que declararam cultivar trigo, com destaque para Minas Gerais e São Paulo, com aumento de 575% e 234%, respectivamente. Na Região Sul, principal região produtora, houve incremento de 1% no número de EA, com destaque para o estado do Paraná, segundo maior produtor nacional de trigo, e onde o crescimento foi de 5%.

**Tabela 1 – Comparativo número de estabelecimentos agropecuários com trigo grão – 2017/2006**

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Nº estab. agrop. produtores de trigo grão (unidade)		Variação (%) estab. prod. trigo grão 2017/2006
	2017	2006	
<b>Brasil</b>	<b>35.199</b>	<b>34.027</b>	<b>3</b>
<b>Norte</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Nordeste</b>	<b>16</b>	<b>33</b>	<b>-52</b>
Rio Grande do Norte	3	17	-82
Paraíba	10	10	0
<b>Sudeste</b>	<b>1.211</b>	<b>306</b>	<b>296</b>
Minas Gerais	371	55	575
Espírito Santo	1		100
São Paulo	839	251	234
<b>Sul</b>	<b>33.857</b>	<b>33.492</b>	<b>1</b>
Paraná	12.994	12.375	5
Santa Catarina	1.184	1.351	-12
Rio Grande do Sul	19.679	19.766	0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>115</b>	<b>196</b>	<b>-41</b>
Mato Grosso do Sul	71	156	-54
Mato Grosso	0	2	-100
Goiás	35	26	35
Distrito Federal	9	12	-25

Fonte: Censo, 2006 e 2017.

Comparando os números dos censos agropecuários de 2006 com os de 2017, podemos verificar que, a relação do número de EA produtores de trigo e a área colhida de diminuiu, ou seja, em 2006 a relação era de 38,1ha/EA, e em 2017 passou para 50,6ha/EA, o que demonstra que houve uma concentração da produção entre produtores com maiores área de produção.

Na Região Sul em 2017, a área média por EA produtor de trigo era de 46,6ha/EA, em Santa Catarina, em função das características de relevo e clima, essa relação caiu para 36ha/EA, e a variação do número de estabelecimentos no período foi negativa em 12%, ou seja, deixaram de cultivar trigo em território catarinense cerca de 167 estabelecimentos agropecuários. Na Região Sudeste, onde a área média dos estabelecimentos produtores de trigo é de 145ha/EA, foi a região onde, em termos percentuais, a atividade mais cresceu, cerca de 296%, passando de 306 para 1.211 EA. Já na Região Centro Oeste, o número de estabelecimentos caiu cerca de 41%, e nessa região a área média por EA é de 216ha/EA.

Nos onze anos que separam os dois últimos censos, a cultura do trigo no Brasil teve um incremento na área colhida na ordem de 37%. Esse aumento na área foi acompanhado pelo aumento na produção, que chegou a 130%, ou seja, a produção brasileira de trigo aumentou em cerca de 2,9 milhões de toneladas, crescendo 2,3 vezes o que era produzido em 2006.

Nas diferentes regiões geográficas produtoras de trigo do País, o censo 2017 trouxe novidades, como é o caso da Bahia, onde em 2006 não havia produção do cereal e agora apresenta uma área colhida de 3.229ha, com um bom rendimento médio de 4.000kg/ha, e incorporando ao setor produtivo na safra 2016/17 cerca de 13 mil toneladas de trigo grão. Na Região Sudeste, o crescimento observado também foi bastante significativo, a área colhida cresceu cerca de 350% e a produção cresceu 4,5 vezes, passando de 38,8 para 174,5 mil toneladas. Já na Região Sul, responsável por mais de 80% da produção nacional, o crescimento em área foi mais modesto, na ordem de 20%, sendo que a produção dobrou, passando de 2,1 para 4,1 milhões de toneladas. Destaque para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, que cresceram em área colhida, cerca de 31% e 28%, respectivamente.

**Tabela 2 – Comparativo, área colhida, produção e rendimento com trigo grão – 2017/2006**

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2017			2006			Variação (%) 2017/2006		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. (Kg/ha)	Área colhida	Produção	Rend.
<b>Brasil</b>	<b>1.780.102</b>	<b>5.146.719</b>	<b>2.891</b>	<b>1.298.419</b>	<b>2.233.255</b>	<b>1.720</b>	<b>37</b>	<b>130</b>	<b>68</b>
<b>Nordeste</b>	<b>3.257</b>	<b>13.042</b>	<b>4.004</b>	<b>317</b>	<b>382</b>	<b>1.204</b>	<b>927</b>	<b>3318</b>	<b>233</b>
Rio G. do Norte	8	15	1.875	288	318	1.105	-97	-95	70
Paraíba	21	51	2.429	12	26	2.190	75	94	11
Bahia	3.229	12.976	4.019	-	-	-	-	-	-
<b>Sudeste</b>	<b>174.520</b>	<b>938.349</b>	<b>5.377</b>	<b>38.831</b>	<b>106.247</b>	<b>2.736</b>	<b>349</b>	<b>783</b>	<b>97</b>
Minas Gérias <sup>(1)</sup>	75.052	199.048	2.652	8.712	33.031	3.791	761	503	-30
São Paulo	106.314	736.201	6.925	30.119	73.216	2.431	253	906	185
<b>Sul</b>	<b>1.577.471</b>	<b>4.132.212</b>	<b>2.620</b>	<b>1.227.373</b>	<b>2.061.913</b>	<b>1.680</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>56</b>
Paraná	720.982	1.817.314	2.521	551.456	948.179	1.719	31	92	47
Santa Catarina	42.611	143.935	3.378	38.624	97.688	2.529	10	47	34
Rio Grande do Sul	813.878	2.170.964	2.667	637.293	1.016.045	1.594	28	114	67
<b>Centro-Oeste</b>	<b>24.854</b>	<b>63.116</b>	<b>2.539</b>	<b>31.898</b>	<b>64.713</b>	<b>2.029</b>	<b>-22</b>	<b>-2</b>	<b>25</b>
Mato G. do Sul	16.688	22.708	1.361	25.906	42.935	1.657	-36	-47	-18
Goiás	6.463	34.000	5.261	5.005	17.236	3.444	29	97	53
Distrito Federal	1.703	6.409	3.763	732	3.918	5.352	133	64	-30

<sup>(1)</sup> Minas Gerais: como o censo 2017 não traz dados do estado, atribuímos ao censo os dados da PAM, 2017.

Fonte: Censo, 2006 e 2017.

O novo Censo Agropecuário de 2017, mesmo que preliminarmente, apontou algumas distorções que vinham sendo reproduzidas nos dados apurados pela Pesquisa Agrícola Municipal – PAM de 2017, ambos realizados pelo IBGE. É possível identificar que na maioria dos estados e regiões brasileiras, os números da PAM 2017 estão bem superiores ao que retratou o Censo 2017. Em Santa Catarina, a diferença na área colhida da safra 2016/17 chega a 18%, o que representa uma área de 7,6 mil hectares a mais, levantados na PAM em relação ao censo. No principal estado produtor Rio Grande do Sul, por outro lado, a PAM apontou uma área colhida menor do que a que foi levantado nos dados preliminares do censo. Essa diferença chegou a 15%, o que acresce ao estado cerca de 124 mil hectares. Isso nos leva a concluir que os dados que vinham sendo divulgados como oficiais, está na maioria dos casos, superestimados, aspecto que merece uma análise mais criteriosa e detalhada acerca do por que dessas diferenças tão significativas entre os dois levantamentos.

**Tabela 3 – Comparativo, área colhida, produção e rendimento com trigo grão – 2017/2006**

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Censo 2017			PAM 2017			Variação (%) PAM 2017/Censo 2017		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento (Kg/ha)	Área colhida	Produção	Rendimento
<b>Brasil</b>	<b>1.780.102</b>	<b>5.146.719</b>	<b>2.891</b>	<b>1.895.881</b>	<b>4.323.551</b>	<b>2.280</b>	<b>7</b>	<b>-16</b>	<b>-21</b>
<b>Nordeste</b>	<b>3.257</b>	<b>13.042</b>	<b>4.004</b>	<b>3.229</b>	<b>12.976</b>	<b>4.019</b>	<b>-1</b>	<b>-1</b>	<b>0</b>
Bahia	3.229	12.976	4.019	3.229	12.976	4.019	0	0	0
<b>Sudeste</b>	<b>174.520</b>	<b>938.349</b>	<b>5.377</b>	<b>38.831</b>	<b>106.247</b>	<b>2.736</b>	<b>-78</b>	<b>-89</b>	<b>-49</b>
Minas Gerais <sup>(1)</sup>	-	-	-	75.052	199.048	2.652	-	-	-
São Paulo	106.314	736.201	6.925	112.086	381.810	3.406	5	-48	-51
<b>Sul</b>	<b>1.577.471</b>	<b>4.132.212</b>	<b>2.620</b>	<b>1.227.373</b>	<b>2.061.913</b>	<b>1.680</b>	<b>-22</b>	<b>-50</b>	<b>-36</b>
Paraná	720.982	1.817.314	2.521	930.517	2.311.716	2.484	29	27	-1
Santa Catarina	42.611	143.935	3.378	50.253	123.467	2.457	18	-14	-27
Rio Grande do Sul	813.878	2.170.964	2.667	690.233	1.192.918	1.728	-15	-45	-35
<b>Centro-Oeste</b>	<b>24.854</b>	<b>63.116</b>	<b>2.539</b>	<b>31.898</b>	<b>64.713</b>	<b>2.029</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>-20</b>
Mato G. do Sul	16.688	22.708	1.361	22.893	43.065	1.881	37	90	38
Goiás	6.463	34.000	5.261	10.535	52.845	5.016	63	55	-5
Distrito Federal	1.703	6.409	3.763	1.083	5.706	5.269	-36	-11	40

<sup>(1)</sup> Minas Gerais: o censo 2017 não traz dados do estado, disponível apenas os dados da PAM, 2017.

Fonte: Censo, 2017 e PAM, 2017.

## Hortaliças

### Alho

Jurandi Teodoro Gugel  
Engenheiro-agrônomo - Epagri/Cepa  
[jurandgugel@epagri.sc.gov.br](mailto:jurandgugel@epagri.sc.gov.br)

A cultura do alho está presente no Estado de Santa Catarina, tendo sua base produtiva ancorada na Agricultura familiar. Desde os anos 60 essa cultura tem sua produção voltada para o mercado de alhos nobres, tendo como seu berço histórico de produção o município de Curitibaanos e região.

A divulgação dos dados preliminares do Censo agropecuário 2017 do IBGE, é um momento importante para o início das análises dos dados visando um diagnóstico da evolução da cultura no Brasil e em Santa Catarina. Nesse sentido a Epagri/Cepa, mesmo considerando o caráter preliminar dos dados, apresenta um apanhado inicial como contribuição ao debate de interesse da cadeia produtiva da cultura do alho, buscando apresentar alguns quadros comparativos dos Censos de 2006 com o realizado em 2017, e num segundo momento, um quadro do Estado de Santa Catarina com recorte mesorregional.

Ao compararmos os dois censos no que se refere ao número de estabelecimentos produtores (Tabela 01), há um crescimento de 2.573 estabelecimentos de 2006 para 2017. Enquanto os pequenos decréscimos ocorreram nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul, o grande incremento no número de estabelecimentos produtores ocorreu na região Sudeste, com 3.181 a mais em 2006 em relação a 2017.

Com relação à quantidade produzida, segundo os dados preliminares divulgados, o Brasil praticamente mais que duplicou sua produção, de pouco mais de 45.842 mil toneladas em 2006 para mais de 100 mil\* toneladas em 2017.

Outro aspecto importante que se percebe é em relação a produtividade da cultura do alho. Há forte ganho no Brasil e em Santa Catarina. No Brasil saltou de 4,48 t/há para 11,41 t/ha. Em Santa Catarina o avanço foi de 5,45 t/ha para 11,76 t/ha.

**Tabela 1 – Alho - Comparativo dos dados do Censo de 2006 com 2017**

Brasil, Grandes Regiões e Santa Catarina	Censo de 2006				Censo de 2017			
	Nº estab.	Qtide prod. (t)	Área colhida (ha)	Produtividade/ (ha)	Nº estab.	Qtide prod. (t)	Área colhida (ha)	Produtividade (t/ha)
Brasil	38.130	45.842	10215	4,48	40.703	110.495 <sup>(1)</sup>	11.724	11,41
Norte	45	39	29	1,34	11	0	1	0
Nordeste	2.404	8.785	2487	3,53	2003	1.674	455	3,68
Sudeste	6.592	11.794	2378	4,96	9.773	43.983	5.852	7,51
Sul	28.842	18.976	4484	4,23	28.818	38.510*	3.468	11,10 <sup>(1)</sup>
Centro Oeste	247	6.247	837	7,46	98	26.328	1.948	13,51
Santa Catarina	4.650	7.763	1.442	5,45	3.682	22.276	1.893	11,76

<sup>(1)</sup> Nos dados preliminares da produção do Rio Grande do Sul, há erro ainda não corrigido que superestimou a produção de alho. Para deixar os números mais próximos dos reais, optamos em somar aos números do Censo 2017, de Santa Catarina e Paraná os dados da PAM de 2017 do estado gaúcho. Portanto há uma imprecisão no volume de produção, produtividade e por consequência na produção total do país, que pelo levantamento do Censo 2017, alcança 120.897 toneladas.

Fonte: IBGE.

Em Santa Catarina, verifica-se que houve uma redução de 968 estabelecimentos produtores de alho. A mesorregião que apresentou maior redução de estabelecimentos produtores foi a Oeste Catarinense, com 1.268 estabelecimentos a menos. Segundo os dados de 2017, as Mesorregiões Oeste Catarinense, Norte Catarinense e Serrana concentram praticamente toda a produção da hortaliça em Santa Catarina, situação semelhante já encontrada em 2006.

**Tabela 2 – Alho - Comparativo da distribuição da produção por mesorregiões de SC – Censos 2006 e 2017**

	2006			2017		
	Nº est.	Quant. colhida (t)	Área colhida (ha)	Nº est.	Quant. colhida (t)	Área colhida (ha)
Oeste Catarinense	4.031	2.440	504	2.763	12.126	707
Norte Catarinense	128	12	6	138	1.612	123
Serrana	287	5.249	875	449	8.125	970
Vale do Itajaí	46	1	0	159	17	6
Grande Florianópolis	30	5	3	28	0	0
Sul Catarinense	128	56	12	73	5	1
<b>Total</b>	<b>4.650</b>	<b>7.763</b>	<b>1.442</b>	<b>3.682</b>	<b>22.276</b>	<b>1.893</b>

Fonte: IBGE.

Com relação a produtividade, no levantamento de 2006, Santa Catarina tinha produtividade de 5,38 t/ha, em 2017 esta foi de 11,76 t/ha.

Como é do conhecimento que os dados do Censo de 2017 do IBGE são preliminares, apresentamos a seguir rápido comparativo entre os dados da PAM (Produção Agrícola Municipal) de 2017, e dados do Censo desse ano, em relação a área plantada e área colhida. Nesse sentido, análises mais detalhadas poderão apontar possíveis correções. Assim temos diferenças importantes na quantidade produzida entre o Censo e a PAM na mesorregião Oeste e na Mesorregião Serrana, com relação ao número de estabelecimentos produtores e volume produzido.

**Tabela 3 – Alho – Comparativo da distribuição da produção por mesorregião em SC – Produção Agrícola Municipal 2017 – PAM – Censo 2017**

	PAM 2017		Censo 2017	
	Área Plantada (ha)	Quantidade Colhida (t)	Área Plantada (ha)	Quantidade Colhida (t)
Oeste Catarinense	779	7.908	707	12.126
Norte Catarinense	95	1.390	123	1.612
Serrana	1.344	13.430	970	8.125
Vale do Itajaí	5	46	6	17
Grande Florianópolis	6	19	0	0
Sul Catarinense	-	-	1	5
<b>Total</b>	<b>2.229</b>	<b>22.793</b>	<b>1.893</b>	<b>22.276</b>

Fonte: IBGE.

Quando comparamos a PAM/17 e os dados preliminares do Censo (Tabela 3), constatamos que há uma redução de 336 ha ou 15,07% da área. Por outro lado, em relação a produção, a diferença entre os dados é de apenas 517 toneladas ou apenas 2,26 % em relação ao total.

Com já informamos, os dados do Censo 2017 do IBGE são preliminares e ajustes serão realizados à medida de que análises mais detalhadas sejam realizadas. Porém, alguns indicativos de possíveis conclusões podem ser apresentados em relação ao Censo de 2006, como:

- a) O Brasil praticamente triplicou sua produção interna no período, saindo de pouco mais de 45 mil toneladas a alcançando a mais de 100 mil toneladas ano.
- b) No Brasil, houve aumento do número de estabelecimentos produtores da hortaliça em 2.573 unidades.
- c) Houve aumento da área plantada no período de 2006 a 2017, em 1.509 ha, significando incremento de área em 14,77%.
- d) Em Santa Catarina, houve redução no número de estabelecimentos produtores em 968 unidades. Porém, houve aumento da área plantada em 451 ha, significando um acréscimo de área em 31,27%.
- e) Grande crescimento na produtividade da cultura em praticamente todas as regiões brasileiras e em Santa Catarina. O país saiu de uma produtividade de 4,8 t/ha em 2006 para 11,41 t/ha em 2017.
- f) Ainda não estão disponibilizados dados sobre o número de estabelecimentos que comercializaram a produção em 2017, desta forma não é possível a comparação entre os eventos não permitindo, por hora, inferir sobre o destino da produção se para o mercado e auto abastecimento.

Finalmente, deve-se considerar que os dados são preliminares e sofrerão ajustes nos próximos períodos, a partir das críticas de especialistas, estudiosos e do próprio IBGE.

## Cebola

Jurandi Teodoro Gugel  
Engenheiro-agrônomo - Epagri/Cepa  
[jurandgugel@epagri.sc.gov.br](mailto:jurandgugel@epagri.sc.gov.br)

A cultura da cebola está presente no Estado de Santa Catarina tendo sua base produtiva ancorada na Agricultura familiar. Com a divulgação dos dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, a Epagri/Cepa busca contribuir com análise também preliminar, de modo a socializar dados e contribuir para que se faça diagnóstico da cultura de acordo com os dados disponibilizados até o momento.

Nesse sentido, vamos utilizar os quadros comparativos com o Censo de 2006 no contexto nacional e num segundo momento os dados correspondentes ao Estado de Santa Catarina.

Ao compararmos os dois censos no que se refere ao número de estabelecimentos produtores, há um crescimento de 4.557 unidades de 2006 para 2017. Ao analisar os números por grandes regiões, se percebe que houve redução na região Nordeste em 2.136 estabelecimentos.

**Tabela 1 – Comparativo de dados Censo de 2006 com 2017**

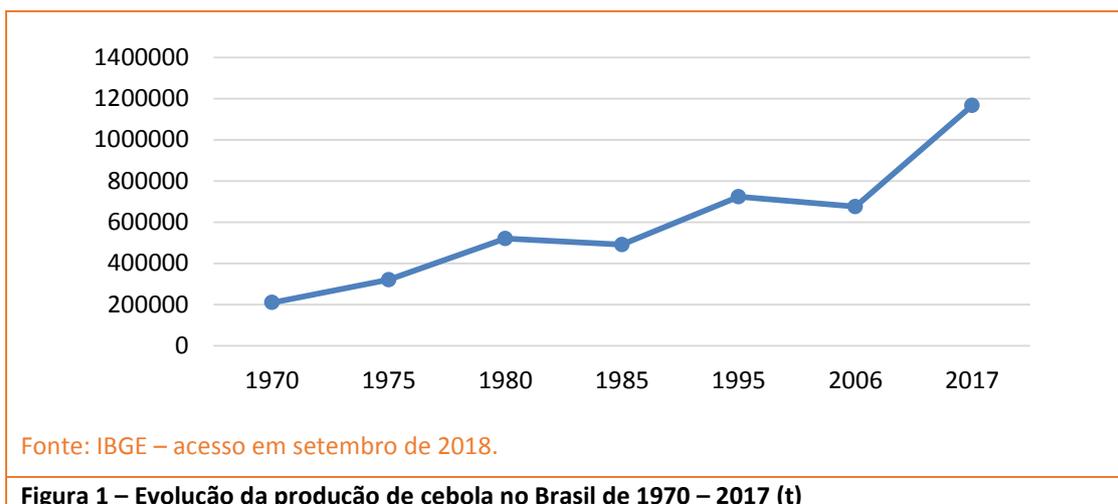
Brasil - Grandes Regiões e SC	Censo de 2006				Censo de 2017			
	Nº estab.	Q. prod. (t)	Área colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Nº estab.	Prod. (t)	Área colhida (ha)	Produtividade (t/ha)
<b>Brasil</b>	<b>49.622</b>	<b>675.721</b>	<b>135.537</b>	<b>4,9</b>	<b>54.179</b>	<b>1.165.402</b>	<b>39.309</b>	<b>29,64</b>
Norte	92	344	74	4,6	145	88	28	<b>3,14</b>
Nordeste	7.523	65.397	21.521	3,03	5.387	256.513	6.675	<b>38,42</b>
Sudeste	3.106	146.402	10.998	13,31	4.976	245.930	7.212	<b>34,10</b>
Sul	38.686	452.923	102.241	4,42	43.490	53.1968	22.719	<b>23,41</b>
Centro Oeste	215	10.654	703	15,15	181	130.903	2.675	<b>48,93</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>8.591</b>	<b>278.599</b>	<b>59.122</b>	<b>4,71</b>	<b>8.282</b>	<b>411.424</b>	<b>15.778</b>	<b>26,07</b>

Fonte: IBGE – Acesso setembro de 2018.

O crescimento no número de estabelecimentos se deu nas regiões Sul, com 4.804 estabelecimentos e a região sudeste com 1.870.

Com relação à quantidade produzida o Brasil praticamente dobrou sua produção de pouco mais de 675 mil toneladas em 2006 para mais de 1,165 milhão de toneladas em 2017. O grande diferencial nesse aspecto foi o aumento da produtividade, que era de 4,9t/ha, e passou para 29,64t/ha.

Possivelmente, o enorme avanço alcançado na produtividade deva-se pela especialização que grande parte dos produtores alcançaram, visto que a área em produção com a cultura, baixou de 135.537ha, em 2006 para 39.309ha em 2017.



Em relação a evolução da produção de cebola no Brasil (Figura 1), percebe-se que o aumento da produção desde o Censo de 1970, com redução da produção em 1985, em relação a 1980 e em 2006, em relação a 1995.

Porém de 2006 a 2017, embora os números sejam ainda preliminares, há um crescimento da produção em 41,01%.

Na tabela 1, apresentamos um comparativo dos Censos de 2006 com 2017, em Santa Catarina. As transformações são bastante importantes, como por exemplo, há uma redução drástica da área em produção, que era de mais de 59 mil ha em 2006, e passou para 15.778 ha, em 2017.

O número de estabelecimentos que cultivavam a hortaliça reduziu de apenas 309 unidades. Porém a produtividade saiu de 4,71 t/ha para 26,07 t/ha.

A mesorregião do Alto Vale do Itajaí se mantém como a principal região produtora de Santa Catarina.

A seguir, apresentamos um quadro comparativo entre as Mesorregiões catarinenses para ter uma visão dos números considerando a PAM (Produção Agrícola Municipal) de 2017 e os dados do Censo de 2017 do IBGE.

**Tabela 2 – Comparativo da distribuição da produção de cebola por mesorregião em SC na Produção Agrícola Municipal – PAM de 2017 e o Censo 2017**

	PAM 2017		Censo 2017	
	Quantidade colhida	Área colhida	Quantidade colhida	Área colhida
Mesorregião Serrana	42.461	1.838	24.161	973
Mesorregião Oeste Catarinense	69.512	2.131	48.420	1.563
Mesorregião Norte Catarinense	9.250	320	8.583	291
Mesorregião Sul Catarinense	1.132	87	321	31
Mesorregião Vale do Itajaí	197.149	9.457	237.927	8.568
Mesorregião Grande Florianópolis	112.255	5.838	91.844	4.296
<b>Total</b>	<b>431.759</b>	<b>19.671</b>	<b>411.456</b>	<b>15.722</b>

Fonte: IBGE – Acesso setembro de 2018.

Nesse quadro, a principal constatação é a diferença de áreas entre a PAM e o Censo/2017, é de 3.949 ha, significando um decréscimo de 20,07%. Por outro lado, a produção total considerada apresenta uma diferença de apenas 4,7%.

Outros aspectos à serem considerados em relação aos números do Censo mantém a mesorregião do Alto Vale do Rio Itajaí como a principal região produtora do estado, inclusive com crescimento de 17,13 % na produção no período, equivalente a 40.778 toneladas da hortaliça. Por outro lado, todas as demais mesorregiões tiveram redução na produção no período considerado.

Em síntese, os números preliminares do Censo do IBGE 2017, comparativamente ao Censo de 2006, para a cultura da cebola apresentam no cenário nacional:

- a) Ampliação da produção no período, apresentando um incremento de 72,47%.
- b) Aumento do número de estabelecimentos produtores da hortaliça em 4.557 unidades
- c) Drástica redução da área em produção no período de 2006 a 2017, alcançando a 96.228 ha.
- d) Grande redução da área destinada para a produção chegando a 44.344 há a menos, significando 46,08 % de todo o país.
- e) Crescimento na produtividade da cultura em todas as regiões brasileiras e em Santa Catarina. O país saiu de uma produtividade de 4,9 t/há em 2006 para 29,64 t/ha em 2017.
- f) Ainda não estão disponibilizados dados sobre o número de estabelecimentos que comercializaram a produção em 2017, não sendo possível a comparação desta variável entre os dois levantamentos.
- g) Finalmente, considerar que os dados são preliminares e sofrerão ajustes nos próximos períodos, a partir das críticas de especialistas, estudiosos e do próprio IBGE.

## Pecuária

### Avicultura

Alexandre Luís Giehl  
Engenheiro-agrônomo – Epaagri/Cepa  
[alexandre giehl@epagri.sc.gov.br](mailto:alexandre giehl@epagri.sc.gov.br)

Os dados do Censo de 2017 demonstram que, em relação a 2006, houve um aumento de 4,91% no número de estabelecimentos agropecuários que declararam possuir galináceos (galinhas, galos, frangos, frangas e pintos) na data de referência (30 de setembro de 2017). As aves estão presentes em 2,85 milhões de estabelecimentos, o que representa 56,12% do total de estabelecimentos agropecuários apurados pelo Censo de 2017 (5,07 milhões).

No ranking dos estados com maior número de estabelecimentos agropecuários com presença de galináceos, Santa Catarina ocupa a 10ª colocação, com 110,1 mil unidades. Em relação a 2006 registra-se queda de 1,09% nesse montante. Contudo, as aves estão presentes em 60,17% dos 183 mil estabelecimentos agropecuários catarinenses, acima, portanto, da média nacional.

**Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários com galinhas, galos, frangos, frangas e pintos – 2006 e 2017**

Unidade da Federação	Censo de 2006	Censo de 2017	Varição % 2006/2017
1º Bahia	371.860	407.990	9,72
2º Minas Gerais	317.026	341.541	7,73
3º Rio Grande do Sul	296.696	239.132	-19,40
4º Ceará	207.355	236.589	14,10
5º Piauí	155.953	178.921	14,73
6º Paraná	193.694	163.258	-15,71
7º Pará	106.233	147.648	38,99
8º Pernambuco	157.608	141.991	-9,91
9º Maranhão	132.520	139.037	4,92
10º <b>Santa Catarina</b>	<b>111.362</b>	<b>110.145</b>	<b>-1,09</b>
Demais UFs	663.096	740.351	11,65
<b>Brasil</b>	<b>2.713.403</b>	<b>2.846.603</b>	<b>4,91</b>

Fonte: Censo Agropecuário / IBGE

Quando se analisa o número de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos nos estabelecimentos agropecuários, verifica-se um crescimento de 27,13% entre 2006 e 2017, atingindo-se um total de 1,45 bilhão de aves. É importante destacar que esse número considera apenas as aves existentes em 30 de setembro de 2017, data de referência do último Censo. Ou seja, não são considerados os animais que tenham sido produzidos e destinados ao abate nos meses anteriores ou posteriores à data de referência. O efetivo de animais não costuma ser um dado muito utilizado para fins de avaliação do setor, tendo em vista que as aves têm um ciclo de vida bastante curto, a ponto de um produtor comercial de frangos de corte normalmente produzir de 6 a 7 lotes ao longo do ano.

Santa Catarina ocupa a 3ª colocação no ranking de plantel de aves, com 168,82 milhões de aves. Esse número representa queda de 6,14% em relação ao Censo anterior.

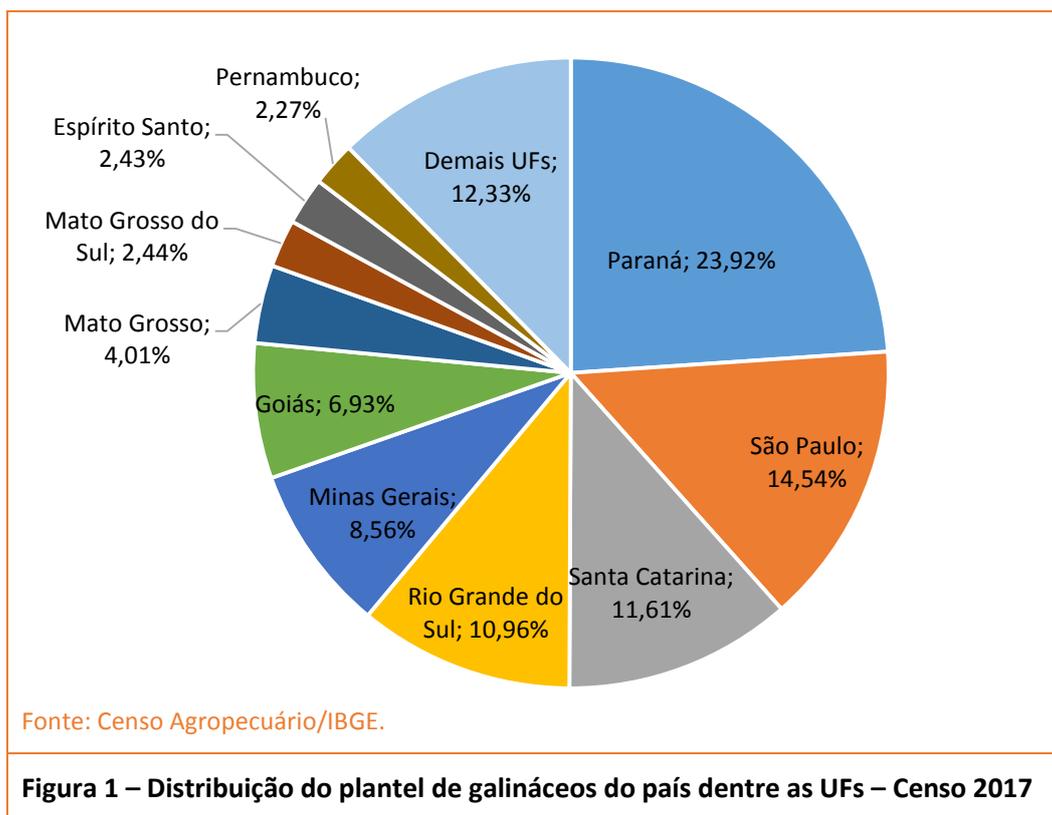
**Tabela 2 – Número de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos existentes nos estabelecimentos agropecuários – 2006 e 2017**

Unidade da Federação (UF)		Censo 2006 (Mil cabeças)	Censo 2017 (Mil cabeças)	Variação % 2006/2017
1º	Paraná	223.742	347.732	55,42
2º	São Paulo	236.149	211.327	-10,51
3º	<b>Santa Catarina</b>	<b>179.864</b>	<b>168.820</b>	<b>-6,14</b>
4º	Rio Grande do Sul	129.987	159.338	22,58
5º	Minas Gerais	83.509	124.414	48,98
6º	Goiás	43.775	100.676	129,99
7º	Mato Grosso	30.285	58.271	92,41
8º	Mato Grosso do Sul	24.768	35.515	43,39
9º	Espírito Santo	16.414	35.359	115,42
10º	Pernambuco	36.607	32.954	-9,98
Demais UFs		138.358	179.238	29,55
<b>Brasil</b>		<b>1.143.458</b>	<b>1.453.645</b>	<b>27,13</b>

Fonte: Censo Agropecuário / IBGE

Quando se compara a tabela 2 com os dados da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais divulgado pelo próprio IBGE, chama a atenção a presença de São Paulo na 2ª colocação. De acordo com a referida pesquisa, no ano de 2017 o ranking de abates foi liderado pelo Paraná (31,65%), seguido por Santa Catarina (14,78%) e Rio Grande do Sul (14,58%). São Paulo aparece na 4ª colocação, com 11,10% do total de aves abatidas no ano passado. A princípio, poderia se esperar que os plantéis presentes nos estabelecimentos guardassem relação com o número de aves abatidas no período. Contudo, é preciso considerar que a metodologia adotada no Censo considera tanto as aves produzidas especificamente para abate em estabelecimentos inspecionados (contabilizadas pela Pesquisa Trimestral de Abate), quanto as demais categorias (poedeiras, matrizes, autoconsumo, etc.). Assim, a presença de um grande contingente de galinhas poedeiras é um dos fatores que faz com que o estado de São Paulo supere Santa Catarina e Rio Grande do Sul em termos de plantel.

A figura 1 apresenta a distribuição do plantel de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos existentes nos estabelecimentos agropecuários em 30 de setembro de 2017, de acordo com a Unidade da Federação.



Se o número de estabelecimentos com galináceos cresceu 4,91% entre 2006 e 2017, a quantidade daqueles que comercializaram essas aves apresentou uma variação ainda mais significativa de 8,47%, atingindo 593,1 mil unidades. Como é possível verificar na tabela 3, a ordem é muito semelhante àquela apresentada na tabela 1, com exceção dos estados da região Sul, que perdem diversas posições no ranking. Por outro lado, conforme apresentado anteriormente, é nos estados da região Sul que, juntamente com São Paulo, encontram-se os maiores plantéis de aves. A explicação para esse fenômeno está no tipo de avicultura característica de cada região. No Sul predominam os dois extremos: por um lado, uma avicultura fortemente articulada com o mercado, com criações comerciais de porte médio a grande e prevalência absoluta do sistema de integração; por outro, uma avicultura destinada essencialmente ao autoconsumo, presente na maioria das propriedades rurais, em que raramente as aves destinam-se ao mercado. Já em outras regiões, em especial no Norte e Nordeste, há uma presença significativa de produtores de pequeno e médio porte, na maioria das vezes sem sistema de integração, que podem utilizar as aves tanto para autoconsumo quanto para comercialização (rotineira ou eventual).

Em Santa Catarina registrou-se 11,4 mil estabelecimentos que comercializaram galináceos no período considerado pelo Censo, queda de quase 3% em relação ao Censo anterior. Desses, cerca de 6,7 mil são de produtores comerciais de frangos de corte, conforme apontou estudo recente realizado pela Epagri/Cepa. O restante é constituído por produtores de animais para reprodução (linha pura, matrizes, avós e bisavós), pintos de 1 dia, postura, ornamental e produtores de subsistência que realizam vendas eventuais.

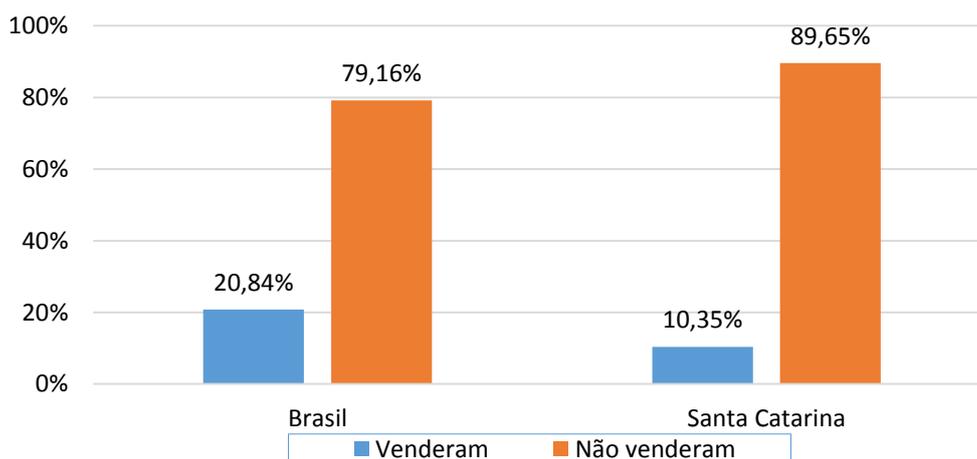
**Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários que venderam galinhas, galos, frangos, frangas e pintos – 2006 e 2017**

Unidade da Federação	Censo de 2006	Censo de 2017	Variação % 2006/2017
1º Bahia	78.067	100.642	28,92
2º Minas Gerais	56.173	73.296	30,48
3º Ceará	50.386	50.008	-0,75
4º Piauí	45.712	42.926	-6,09
5º Maranhão	32.801	37.447	14,16
6º Pará	29.731	33.707	13,37
7º Goiás	21.896	29.719	35,73
8º Paraná	27.302	28.278	3,57
9º Pernambuco	37.141	25.717	-30,76
10º Paraíba	24.586	22.077	-10,20
...	...	...	...
<b>16º Santa Catarina</b>	<b>11.753</b>	<b>11.404</b>	<b>-2,97</b>
Demais UFs	131.222	137.870	5,07
<b>Brasil</b>	<b>546.770</b>	<b>593.091</b>	<b>8,47</b>

Fonte: Censo Agropecuário / IBGE.

Do total de estabelecimentos agropecuários do país que declararam possuir galináceos em 30 de setembro de 2017, pouco mais de 1/5 realizou algum tipo de venda desses animais, conforme apresentado na figura 2. É importante destacar que esse dado apenas indica a realização de algum tipo de operação comercial de venda, independente da amplitude dessa (podendo ser desde 1 único animal até centenas de milhares).

Em Santa Catarina esse percentual foi ainda menor: pouco mais de 10% dos estabelecimentos que possuíam aves na data de referência realizaram algum tipo de venda dos animais.



Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

**Figura 2 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com galináceos de acordo com o destino da produção – Censo 2017**

## Bovinocultura

Alexandre Luís Giehl  
Engenheiro agrônomo – Epaagri/Cepa  
[alexandregiehl@epagri.sc.gov.br](mailto:alexandregiehl@epagri.sc.gov.br)

De acordo com os dados do Censo de 2017, os bovinos estão presentes em 2,55 milhões de estabelecimentos agropecuários do país, o que representa 50,38% do total apurado (5,07 milhões). Em relação a 2006 verifica-se queda de 4,59% no número de estabelecimentos que relataram a presença de bovinos na data de referência.

Embora Santa Catarina seja mais conhecida nacionalmente pela produção de carne suína e de frango, o estado se destaca também pela presença de bovinos na maioria das propriedades rurais. De acordo com o Censo 2017, cerca de 132,6 mil estabelecimentos agropecuários possuem bovinos, o que coloca o estado na 5ª colocação do ranking apresentado na tabela 1. Os bovinos estão presentes em 72,43% dos 183 mil estabelecimentos agropecuários catarinenses, percentual acima da média nacional. Contudo, entre 2006 e 2017 registrou-se queda de 10,01% no número de estabelecimentos com bovinos.

**Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos – 2006 e 2017**

Unidade da Federação	Censo de 2006	Censo de 2017	Variação % 2006/2017
1º Minas Gerais	354.062	385.568	8,90
2º Bahia	314.243	298.273	-5,08
3º Rio Grande do Sul	329.901	261.895	-20,61
4º Paraná	211.936	170.374	-19,61
5º <b>Santa Catarina</b>	<b>147.338</b>	<b>132.590</b>	<b>-10,01</b>
6º Goiás	111.693	126.097	12,90
7º Ceará	124.456	114.756	-7,79
8º Pernambuco	140.226	108.070	-22,93
9º São Paulo	128.238	107.356	-16,28
10º Pará	83.688	97.826	16,89
Demais UFs	732.611	752.528	2,72
<b>Brasil</b>	<b>2.678.392</b>	<b>2.555.333</b>	<b>-4,59</b>

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

Em relação ao total de bovinos nos estabelecimentos agropecuários, os dados do Censo 2017 trouxeram algumas surpresas. Segundo a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), levantamento feito anualmente pelo IBGE, o rebanho bovino do país em 2017 era de 214,90 milhões de cabeças. Contudo, o Censo registrou somente 171,86 milhões, uma diferença de 20,03% (ou 43,04 milhões de cabeças).

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que os dois levantamentos adotam metodologias bastante distintas, o que certamente contribui para a obtenção de resultados diversos. Um dos fatores que tem sido apontado como relevante para explicar essa diferença é a data de referência. Enquanto a PPM utiliza como referência o dia 31 de dezembro (ou seja, levanta-se o número de animais existentes no município no último dia do ano), no Censo Agropecuário 2017 levou-se em consideração o rebanho do estabelecimento no dia 30 de setembro. Parcela significativa dos produtores de bovinos adota uma técnica de manejo

denominada estação de monta, geralmente buscando programar a maioria dos partos para o período de maior disponibilidade de pastagem (que no Centro Oeste, região do país com os maiores rebanhos, coincide com a primavera e a chegada da estação de chuvas). Alguns especialistas avaliam que a utilização da data de referência de 30 de setembro fez com que grande número de animais ainda não tivessem nessa data. Posteriormente, quando da realização do levantamento da PPM, esses animais já teriam sido contabilizados. Contudo, é necessário avaliar de forma mais criteriosa os dados do Censo para que se possa explicar as efetivas razões de diferença tão significativa.

Além da diferença em relação ao rebanho levantado por meio da PPM, também chama a atenção a queda de 2,44% quando se compara O Censo de 2017 com o anterior. Vale ressaltar que nesse período o abate de bovinos cresceu 1,62%, de acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais.

Santa Catarina segue ocupando a 13ª colocação no ranking de rebanho bovino, com 3,73 milhões de cabeças de acordo com o último Censo. Esse número representa aumento de 19,19% em relação a 2006, fazendo com que o estado seja um dos que apresentaram maior variação positiva no período (atrás apenas de Roraima e do Acre).

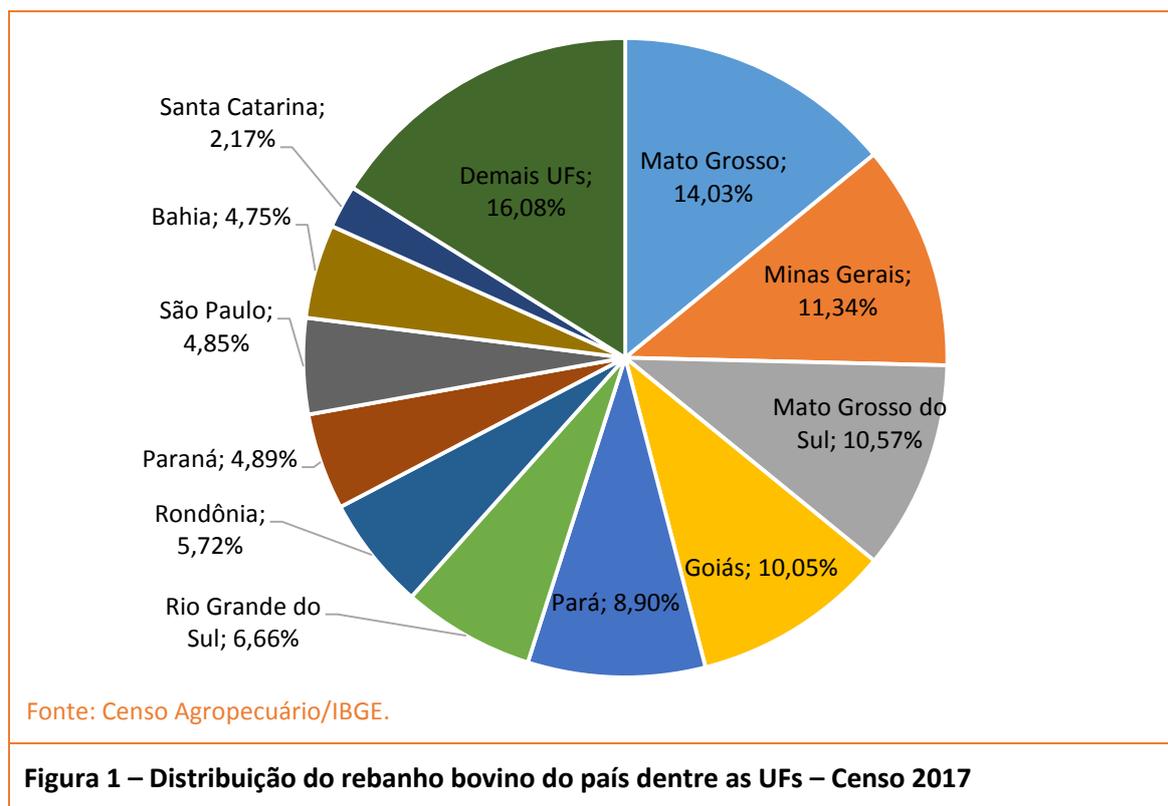
**Tabela 2 – Número de bovinos existentes nos estabelecimentos agropecuários – 2006 e 2017**

Unidade da Federação	Censo de 2006 (cabeças)	Censo de 2017 (cabeças)	Variação % 2006/2017
1º Mato Grosso	20.666.147	24.118.840	16,71
2º Minas Gerais	20.332.335	19.494.287	-4,12
3º Mato Grosso do Sul	20.634.817	18.159.792	-11,99
4º Goiás	18.234.548	17.268.103	-5,30
5º Pará	13.933.883	15.298.613	9,79
6º Rio Grande do Sul	11.334.510	11.443.487	0,96
7º Rondônia	8.542.726	9.827.031	15,03
8º Paraná	9.118.107	8.395.422	-7,93
9º São Paulo	10.506.430	8.328.671	-20,73
10º Bahia	10.229.459	8.171.185	-20,12
...	...	...	...
13º <b>Santa Catarina</b>	<b>3.126.002</b>	<b>3.725.827</b>	<b>19,19</b>
Demais UFs	29.488.537	27.626.910	-6,31
<b>Brasil</b>	<b>176.147.501</b>	<b>171.858.168</b>	<b>-2,44</b>

Fonte: Censo Agropecuário / IBGE

Contudo, o rebanho catarinense levantado por meio do Censo 2017 está 13,43% abaixo daquele estimado pela PPM para o ano passado. Assim como no caso nacional, a explicação para tal diferença está associada à metodologia utilizada e parte pode ser explicada pela utilização de datas de referência distintas. Contudo, são necessárias análises mais detalhadas para identificar por completo as razões desses resultados tão diversos.

A figura 1 apresenta a distribuição do rebanho bovino existente nos estabelecimentos agropecuários brasileiros em 30 de setembro de 2017, de acordo com a Unidade da Federação.



Como apresentado na tabela 1, em termos nacionais o número de estabelecimentos com bovinos caiu 4,59% entre 2006 e 2017. Por outro lado, o número de estabelecimentos que comercializaram esses animais cresceu 18,23%. Como é possível verificar na tabela 3, a ordem do ranking gerado a partir de tais dados é muito semelhante àquela apresentada na tabela 1, em especial no que diz respeito aos cinco primeiros.

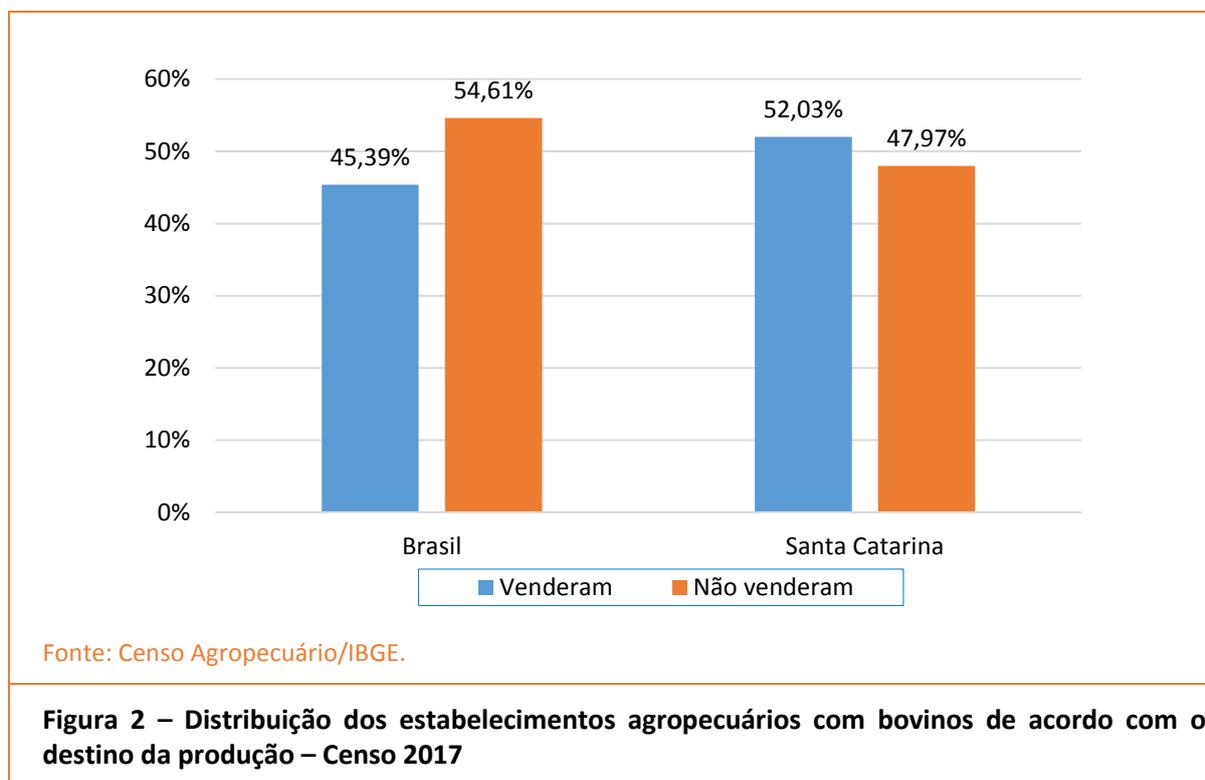
Em Santa Catarina registrou aumento de 36,41% no número de estabelecimentos que comercializaram bovinos no período considerado, quando comparado ao Censo anterior. Recente estudo realizado pela Epagri/Cepa mostrou que em 2017 cerca de 33,3 mil estabelecimentos destinaram bovinos para abate em estabelecimentos inspecionados, a maioria provavelmente no âmbito de operações comerciais. Outras formas de comercialização de bovinos que ajudam a explicar o contingente de quase 69 mil estabelecimentos levantados no Censo são a venda de bezerros, novilhos e bois magros para engorda e de novilhas e vacas para reprodução ou produção de leite.

**Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários que venderam bovinos – 2006 e 2017**

Unidade da Federação		Censo de 2006	Censo de 2017	Variação % 2006/2017
1º	Minas Gerais	99.024	148.987	50,46
2º	Bahia	107.254	145.818	35,96
3º	Rio Grande do Sul	115.011	102.955	-10,48
4º	Paraná	81.185	69.513	-14,38
5º	<b>Santa Catarina</b>	<b>50.569</b>	<b>68.980</b>	<b>36,41</b>
6º	Maranhão	38.153	56.059	46,93
7º	Pará	40.704	55.662	36,75
8º	Goiás	49.543	53.655	8,30
9º	Pernambuco	50.313	51.976	3,31
10º	Ceará	40.520	46.304	14,27
Demais UFs		308.724	359.920	16,58
<b>Brasil</b>		<b>981.000</b>	<b>1.159.829</b>	<b>18,23</b>

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

Do total de estabelecimentos agropecuários que declararam possuir bovinos em 30 de setembro de 2017, 45,39% realizaram alguma operação de venda, conforme apresentado na figura 2. Em Santa Catarina esse percentual foi ainda maior: 52,03% dos estabelecimentos que possuíam bovinos na data de referência realizaram algum tipo de venda dos animais.



Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

**Figura 2 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com bovinos de acordo com o destino da produção – Censo 2017**

## Suinocultura

Alexandre Luís Giehl  
Engenheiro agrônomo – Epagri/Cepa  
[alexandregiehl@epagri.sc.gov.br](mailto:alexandregiehl@epagri.sc.gov.br)

O número de estabelecimentos agropecuários que declararam possuir suínos na data de referência teve uma pequena queda (-1,42%) entre 2006 e 2017. Conforme demonstraram os dados do Censo de 2017, os suínos estão presentes em 1,47 milhões de estabelecimentos, o que representa 29,02% do total do país (5,07 milhões).

Santa Catarina ocupa a 7ª colocação no ranking nacional, registrando-se a presença de suínos em 80,5 mil dos 183 mil estabelecimentos agropecuários catarinenses, ou seja, 43,95% do total. É necessário ressaltar que nesse contingente são contabilizados tanto os produtores comerciais quanto os de autoconsumo (ou aqueles que realizam operações comerciais apenas eventualmente).

**Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários com suínos – 2006 e 2017**

Unidade da Federação	Censo de 2006	Censo de 2017	Variação % 2006/2017
1º Rio Grande do Sul	234.069	181.624	-22,41
2º Minas Gerais	186.176	180.425	-3,09
3º Bahia	147.338	148.651	0,89
4º Ceará	110.940	117.815	6,20
5º Paraná	135.477	115.009	-15,11
6º Piauí	101.405	108.953	7,44
7º <b>Santa Catarina</b>	<b>82.324</b>	<b>80.455</b>	<b>-2,27</b>
8º Maranhão	69.160	70.602	2,09
9º Goiás	63.901	70.518	10,36
10º Pará	49.138	68.010	38,41
Demais UFs	316.183	332.879	5,28
<b>Brasil</b>	<b>1.496.111</b>	<b>1.474.941</b>	<b>-1,42</b>

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

Ao considerar a quantidade de suínos existentes nos estabelecimentos agropecuários, verifica-se um crescimento de 25,58% entre 2006 e 2017, atingindo-se um total de 39,17 milhões de animais. Esse número considera apenas os suínos existentes nos estabelecimentos em 30 de setembro de 2017, data de referência do último Censo. Ou seja, não são considerados os animais que tenham sido produzidos e destinados ao abate nos meses anteriores ou posteriores à data em questão. Assim como nas aves, no caso dos suínos há limitações para a utilização da informação acerca do efetivo de animais numa data específica, já que o ciclo de vida dessa espécie é relativamente curto (cerca de 6 meses entre o nascimento e o abate, no caso da suinocultura comercial). De qualquer forma, é um fator a mais a se considerar na análise da evolução da suinocultura brasileira na última década.

Ainda em termos de efetivo, Santa Catarina ocupa a 1ª colocação no ranking nacional, com 8,44 milhões de suínos nos estabelecimentos agropecuários em 30 de setembro de 2017. Esse número representa um aumento de 28,45% em relação ao Censo anterior.

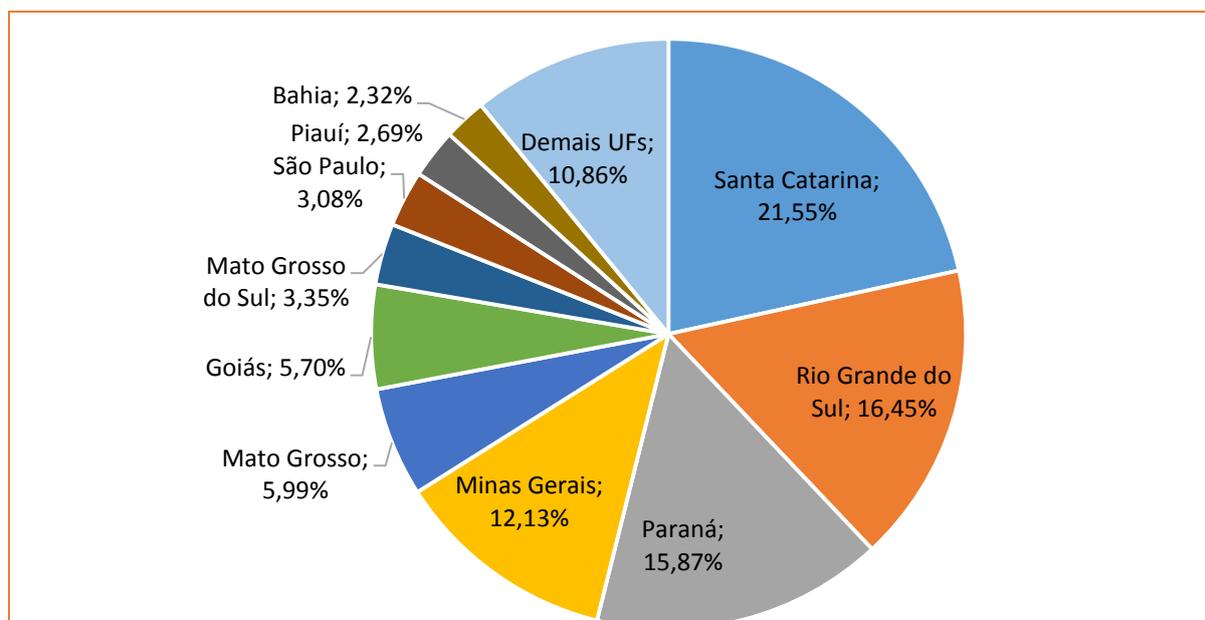
**Tabela 2 – Número de suínos existentes nos estabelecimentos agropecuários – 2006 e 2017**

Unidade da Federação	Censo de 2006 (cabeças)	Censo de 2017 (cabeças)	Variação % 2006/2017
1ª Santa Catarina	6.569.714	8.438.850	28,45
2ª Rio Grande do Sul	5.611.431	6.443.614	14,83
3ª Paraná	4.569.275	6.216.156	36,04
4ª Minas Gerais	3.329.671	4.752.762	42,74
5ª Mato Grosso	1.292.222	2.347.679	81,68
6ª Goiás	1.401.153	2.233.573	59,41
7ª Mato Grosso do Sul	864.317	1.313.237	51,94
8ª São Paulo	1.562.282	1.205.646	-22,83
9ª Piauí	966.924	1.053.046	8,91
10ª Bahia	947.488	908.058	-4,16
Demais UFs	4.074.874	4.254.522	4,41
<b>Brasil</b>	<b>31.189.351</b>	<b>39.167.143</b>	<b>25,58</b>

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

O ranking apresentado no tabela 2 é muito semelhante àquele elaborado a partir dos dados da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (IBGE). Uma das exceções é o estado do Paraná, que em 2017 ultrapassou o Rio Grande do Sul no número de suínos abatidos e se tornou o segundo maior produtor de carne suína do país. No ano passado, Santa Catarina foi responsável por 26,64% dos 43,17 milhões de cabeças abatidas no país, enquanto o Paraná respondeu por 21,32% e o Rio Grande do Sul por 18,58%.

O figura 1 apresenta a distribuição do rebanho suíno existente nos estabelecimentos agropecuários em 30 de setembro de 2017, de acordo com a Unidade da Federação.



Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

**Figura 1 – Distribuição do rebanho suíno do país dentre as UFs – Censo 2017**

Embora o total de estabelecimentos com suínos tenha diminuído 1,42% entre 2006 e 2017, observou-se crescimento no número daqueles que realizaram algum tipo de comercialização desses animais. Segundo apontam os dados do Censo, entre 1º de outubro de 2016 e 30 de setembro de 2017, um total de 483,5 mil estabelecimentos comercializaram suínos, o que significa um crescimento de 18,32% em relação ao Censo de 2006. Contudo, quando se estabelece um ranking a partir desses dados (Tabela 3), percebe-se diferenças bastante significativas em relação aos números apresentados nos quadros 1 e 2, em especial no que diz respeito a esse último.

Como é possível perceber, das 5 primeiras posições do ranking da tabela 3, 4 são ocupadas por estados da Região Nordeste. Chama a atenção o fato de que, dentre os 11 estados listados no referido quadro, somente os da Região Sul tenham apresentado variação negativa entre os dois Censos. Levando em consideração que nesses 3 estados houve também redução no número de estabelecimentos com suínos e aumento no rebanho de animais, fica bastante evidenciado o processo de concentração em curso no setor.

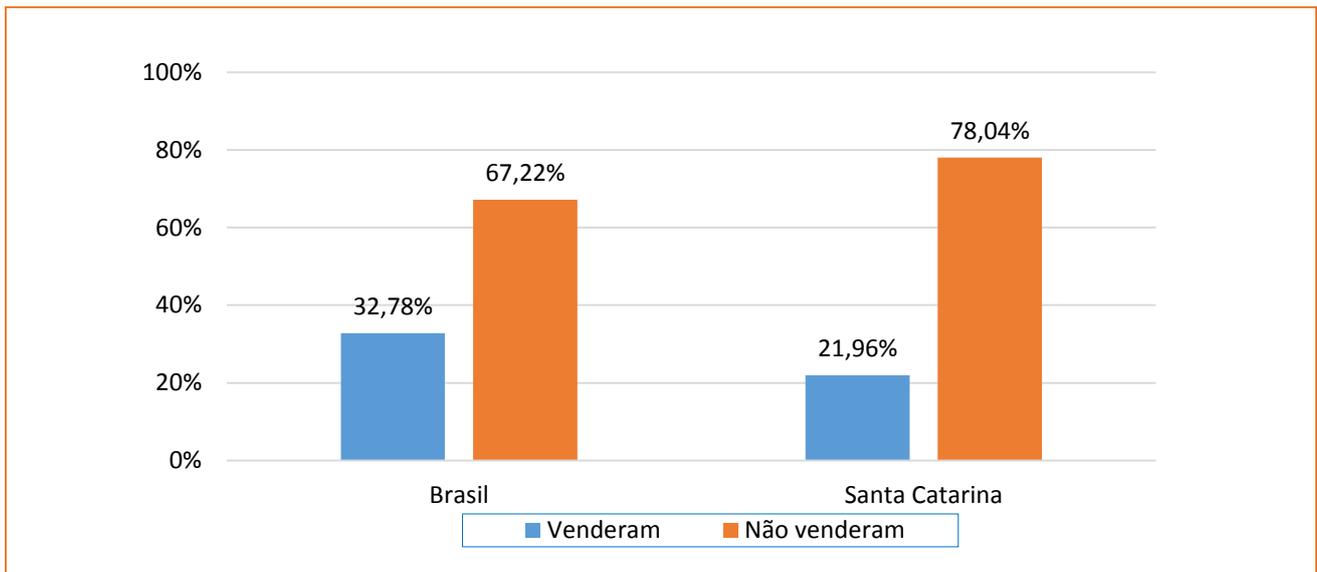
Santa Catarina, que possui o maior rebanho suíno do país, ocupa apenas a 11ª colocação dentre os estabelecimentos que comercializaram suínos. Entre 2006 e 2017 houve queda de 16,83% nesse número. Dos 17,7 mil estabelecimentos apontados pelo Censo de 2017, cerca de 7,7 mil são de produtores comerciais de suínos de corte, conforme apontou estudo recente realizado pela Epagri/Cepa. O restante é constituído por produtores de animais para reprodução (matrizes e reprodutores), leitões e produtores de subsistência que realizam vendas eventuais.

**Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários que venderam suínos – 2006 e 2017**

Unidade da Federação	Censo de 2006	Censo de 2017	Variação % 2006/2017
1º Bahia	48.681	71.627	47,14
2º Minas Gerais	38.510	52.300	35,81
3º Ceará	41.722	50.745	21,63
4º Piauí	34.027	46.334	36,17
5º Maranhão	19.907	32.101	61,25
6º Rio Grande do Sul	46.870	26.448	-43,57
7º Paraná	32.579	25.735	-21,01
8º Pernambuco	21.851	23.968	9,69
9º Goiás	14.004	22.745	62,42
10º Pará	14.223	20.721	45,69
11º <b>Santa Catarina</b>	<b>21.242</b>	<b>17.666</b>	<b>-16,83</b>
Demais UFs	75.066	93.151	24,09
<b>Brasil</b>	<b>408.682</b>	<b>483.541</b>	<b>18,32</b>

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

Em termos nacionais, do total de estabelecimentos agropecuários que possuíam suínos em 30 de setembro de 2017, quase 1/3 realizou algum tipo de operação de venda, conforme apresentado na Figura 2. Em Santa Catarina esse percentual foi menor: aproximadamente 22% dos estabelecimentos que possuíam suínos na data de referência realizaram algum tipo de comercialização.



**Figura 2 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com suínos de acordo com o destino da produção – Censo 2017**

## Leite

Tabajara Marcondes  
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa  
[tabajara@epagri.sc.gov.br](mailto:tabajara@epagri.sc.gov.br)

Ao longo dos anos recentes evidenciaram-se sérias limitações acerca da confiabilidade dos dados básicos sobre a atividade leiteira brasileira. Principalmente em relação aos divulgados pela “Pesquisa Pecuária Municipal” (PPM/IBGE), de onde se extrai o número de vacas ordenhadas, a produção e o rendimento médio (l/vaca/ano) em diferentes níveis regionais, desde o âmbito municipal até o nacional. A simples comparação dos seus números com o de outras pesquisas/indicadores setoriais indicava que a PPM podia não expressar fielmente o que é a pecuária leiteira atual.

Recentemente houve a realização do Censo Agropecuário 2017<sup>2</sup>. A divulgação dos seus primeiros dados acentuaram essas dúvidas. Tendo como pressuposto que os dados dos censos refletem a realidade da agricultura brasileira mais fielmente que as outras pesquisas, a sua comparação com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal, da Pesquisa Trimestral do Leite e do Censo Agropecuário 2006 (tabelas abaixo) leva a constatações como:

- A produção leiteira da maioria dos estados e do Brasil estava superdimensionada. O Censo 2017 dá uma produção brasileira 10,4% inferior à da PPM 2016, ou 3,511 bilhões de litros a menos;
- A PPM indica que a produção da Região Sul superou a da Região Sudeste, mas pelo Censo a Região Sudeste permanece como a 1ª produtora nacional de leite;
- Entre os maiores produtores, é no estado do Paraná que existe a maior diferença do Censo 2017 para a PPM 2016: o Censo dá uma produção 27,5% inferior à da PPM, ou 1,299 bilhão de litros a menos;
- Pelo Censo 2017, o Rio Grande do Sul é o 2º produtor nacional, com produção bem superior ao Paraná (são 569 milhões de litros de diferença). Há muito tempo a PPM aponta a produção do Paraná acima da gaúcha;
- É pequena a diferença entre a produção vendida pelos produtores e a comprada pelas indústrias inspecionadas. Isso coloca por terra as elevadas estimativas de comercialização “clandestina” de leite no Brasil.
- A exemplo do Censo 2017, o Censo 2006 já mostrou que a PPM superestimava a produção de alguns estados e do Brasil, o que, entre outras coisas, levava a essa conclusão de significativa comercialização clandestina de leite;
- O número de vacas ordenhadas também vinha sendo superestimado pela PPM. Isso reduzia drasticamente a produtividade (litros/vaca/ano) da maioria dos estados e do País. Neste caso chama a atenção os casos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para os quais o Censo 2017 informa produtividades acima de 4 mil litros/vaca/ano;
- A produção de Santa Catarina de fato superou a produção de Goiás, o que a coloca como 4º produtor nacional;
- Entre os maiores produtores, Santa Catarina tem posição de destaque em percentual de crescimento de produção, inclusive em relação ao RS e ao PR;
- O Censo 2017 informa que mesorregião Oeste tem participação de 79,1% na produção de Santa Catarina, acima dos 76% apontados pela PPM 2016;

<sup>2</sup> A pesquisa de campo se deu entre 01/10/2017 e 28/02/2018. A data de referência é 30/09/2017 (essa data serve de base para informações como: pessoal ocupado, estoques, efetivos da pecuária, etc.). O período de referência vai de 01/10/2016 à 30/09/2017 (esse período serve de base para informações como: a produção e venda, a área plantada/colhida, trabalho durante o ano, tipo e origem das rendas obtidas, etc.).

- Das mesorregiões catarinenses, é na do Vale do Itajaí que a produção leiteira menos cresceu nos anos recentes. Com isso, a mesorregião Sul passou a ser a segunda maior produtora de leite de Santa Catarina.

**Leite – Comparativo/diferença dos dados do Censo 2017 para a PPM 2016**

Região	2016 (PPM)		2017 (Censo)		Dif. Censo x PPM	
	Bilhão de l	Part. %	Bilhão de l	Part. %	Bilhão de l	%
Sudeste	11,546	34,3	11,261	37,4	-0,285	-2,5
Sul	12,458	37,0	10,266	34,1	-2,192	-17,6
Centro-Oeste	3,972	11,8	3,832	12,7	-0,140	-3,5
Nordeste	3,772	11,2	2,980	9,9	-0,792	-21,0
Norte	1,876	5,6	1,775	5,9	-0,101	-5,4
<b>Brasil</b>	<b>33,625</b>	<b>100</b>	<b>30,114</b>	<b>100</b>	<b>-3,511</b>	<b>-10,4</b>

2017 – Dados do período/ano de referência: 1/10/2016 a 30/09/2017.

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal e Censo Agropecuário.

**Leite – Comparativo/diferença dos dados do Censo 2017 para a PPM 2016**

Estado	2016 (PPM)		2017 (Censo)		Dif. Censo x PPM	
	Bilhão de l	Part. %	Bilhão de l	Part. %	Bilhão de l	%
MG	8,971	26,7	8,887	29,5	-0,084	-0,9
RS	4,614	13,7	4,000	13,3	-0,614	-13,3
PR	4,730	14,1	3,431	11,4	-1,299	-27,5
SC	3,114	9,3	2,835	9,4	-0,279	-9,0
GO	2,933	8,7	2,658	8,8	-0,275	-9,4
SP	1,692	5,0	1,500	5,0	-0,192	-11,3
RO	0,791	2,4	0,864	2,9	0,073	9,2
BA	0,858	2,6	0,844	2,8	-0,014	-1,6
MT	0,663	2,0	0,746	2,5	0,083	12,5
PA	0,578	1,7	0,601	2,0	0,023	4,0
Subtotal	28,944	86,1	26,366	87,6	-2,578	-8,9
Outros	4,681	13,9	3,748	12,4	-0,933	-19,9
<b>Brasil</b>	<b>33,625</b>	<b>100</b>	<b>30,114</b>	<b>100</b>	<b>-3,511</b>	<b>-10,4</b>

2017 – Dados do período/ano de referência: 1/10/2016 a 30/09/2017.

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal e Censo Agropecuário.

**Leite – Comparativo/diferença dos dados do Censo 2017 para a PPM 2016**

UF	Vacac ord. (mil cabeças)			Produção (Bilhão de l)			l/vaca/ano		
	2016	2017	Dif. %	2016	2017	Dif. %	2016	2017	Dif. %
MG	4.974	3.134	-37,0	8,971	8,887	-0,9	1.803	2.836	57,2
RS	1.461	930	-36,4	4,614	4,000	-13,3	3.157	4.301	36,2
PR	1.622	897	-44,7	4,730	3,431	-27,5	2.916	3.826	31,2
<b>SC</b>	<b>1.117</b>	<b>698</b>	<b>-37,5</b>	<b>3,114</b>	<b>2,835</b>	<b>-8,9</b>	<b>2.788</b>	<b>4.062</b>	<b>45,7</b>
GO	2.238	1.109	-50,4	2,933	2,658	-9,4	1.311	2.396	82,8
SP	1.157	707	-38,9	1,692	1,500	-11,3	1.463	2.122	45,1
RO	600	603	0,5	0,791	0,864	9,2	1.318	1.432	8,6
BA	880	657	-25,3	0,858	0,844	-1,6	975	1.284	31,7
MT	553	456	-17,6	0,663	0,746	12,5	1.198	1.637	36,7
PA	733	488	-33,4	0,578	0,601	4,1	788	1.231	56,3
<i>Subtotal</i>	<i>15.336</i>	<i>9.679</i>	<i>-36,9</i>	<i>28,944</i>	<i>26,366</i>	<i>-8,9</i>	<i>1.887</i>	<i>2.724</i>	<i>44,3</i>
Outros	4.343	2.311	-46,8	4,681	3,748	-19,9	1.078	1.621	50,4
<b>Brasil</b>	<b>19.679</b>	<b>11.990</b>	<b>-39,1</b>	<b>33,625</b>	<b>30,114</b>	<b>-10,4</b>	<b>1.709</b>	<b>2.512</b>	<b>47,0</b>

2017 – Dados do período/ano de referência: 1/10/2016 a 30/09/2017.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal e Censo Agropecuário.

**Leite – Comparativo dos dados dos censos agropecuários 2006 e 2017**

Região	Vacac ord. (mil cab.)			Bilhão de litros			L/vaca/ano		
	2006	2017	Var. %	2006	2017	Var. %	2006	2017	Var. %
Sudeste	4.459	4.314	-3,3	7,747	11,261	45,4	1.737	2.610	50,2
Sul	2.444	2.524	3,3	5,683	10,266	80,6	2.325	4.067	74,9
Centro-Oeste	2.087	1.802	-13,7	3,044	3,832	25,9	1.459	2.127	45,8
Nordeste	2.411	1.941	-19,5	2,726	2,980	9,3	1.131	1.535	35,8
Norte	1.309	1.409	7,6	1,368	1,775	29,8	1.045	1.260	20,5
<b>Brasil</b>	<b>12.711</b>	<b>11.990</b>	<b>-5,7</b>	<b>20,568</b>	<b>30,114</b>	<b>46,4</b>	<b>1.618</b>	<b>2.512</b>	<b>55,2</b>

2017 – Dados do período/ano de referência: 1/10/2016 a 30/09/2017.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

**Leite – Comparativo dos dados dos censos agropecuários 2006 e 2017**

Estado	Vacac ord. (mil cab.)			Bilhão de litros			L/vaca/ano		
	2006	2017	Var. %	2006	2017	Var. %	2006	2017	Var. %
MG	3.175	3.134	-1,3	5,720	8,887	55,4	1.802	2.836	57,4
RS	982	930	-5,3	2,458	4,000	62,7	2.503	4.301	71,8
PR	882	897	1,7	1,829	3,431	87,6	2.074	3.826	84,5
<b>SC</b>	<b>580</b>	<b>698</b>	<b>20,3</b>	<b>1,396</b>	<b>2,835</b>	<b>103,1</b>	<b>2.406</b>	<b>4.062</b>	<b>68,8</b>
GO	1.322	1.109	-16,1	2,088	2,658	27,3	1.580	2.396	51,7
SP	755	707	-6,4	1,271	1,500	18,1	1.682	2.122	26,2
RO	572	603	5,4	0,639	0,864	35,1	1.117	1.432	28,2
BA	834	657	-21,1	0,787	0,844	7,3	944	1.284	36,1
MT	452	456	0,7	0,554	0,746	34,7	1.224	1.637	33,8
PA	453	488	7,9	0,476	0,601	26,2	1.052	1.231	17,0
<i>Subtotal</i>	<i>10.007</i>	<i>9.679</i>	<i>-3,3</i>	<i>17,219</i>	<i>26,366</i>	<i>53,1</i>	<i>1.721</i>	<i>2.724</i>	<i>58,3</i>
Outros	2.704	2.311	-14,5	3,349	3,748	11,9	1.239	1.621	30,9
<b>Brasil</b>	<b>12.711</b>	<b>11.990</b>	<b>-5,7</b>	<b>20,568</b>	<b>30,114</b>	<b>46,4</b>	<b>1.618</b>	<b>2.512</b>	<b>55,2</b>

2017 – Dados do período/ano de referência: 1/10/2016 a 30/09/2017.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

**Leite – Comparativo da qtidade vendida pelos produtores com a adquirida pelas indústrias – 2006 e 2017**

UF	Bilhão de litros				Inspeccionado x Vendido (%)	
	Vendido (Censo)		Inspeccionado (PTL)		2006	2017
	2006	2017	2006	2017		
MG	5,221	7,874	4,695	5,999	89,9	76,2
RS	2,276	3,681	2,253	3,363	99,0	91,4
PR	1,726	3,181	1,410	2,890	81,7	90,9
SC	1,327	2,658	0,976	2,615	73,6	98,4
GO	1,964	2,394	2,167	2,463	110,3	102,9
SP	1,194	1,335	2,114	2,802	177,0	209,9
RO	0,620	0,826	0,580	0,706	93,7	85,4
BA	0,657	0,661	0,284	0,353	43,3	53,4
MT	0,504	0,632	0,334	0,526	66,3	83,2
PA	0,431	0,472	0,230	0,282	53,3	59,8
<i>Subtotal</i>	<i>15,921</i>	<i>23,714</i>	<i>15,042</i>	<i>21,999</i>	<i>94,5</i>	<i>92,8</i>
Outros	2,804	2,877	1,628	2,030	58,0	70,6
<b>Brasil</b>	<b>18,725</b>	<b>26,591</b>	<b>16,670</b>	<b>24,029</b>	<b>89,0</b>	<b>90,4</b>

2017 – Dados preliminares relativos ao período/ano 1/10/2016 a 30/09/2017.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário e Pesquisa Trimestral do Leite.

**Leite – Comparativo/diferença dos dados do Censo 2017 para a PPM 2016**

Mesorregião	2016 (PPM)		2017 (Censo)		Diferença Censo x PPM	
	Milhão de l	Part. %	Milhão de l	Part. %	Milhão de l	%
Oeste	2.367,50	76,0	2.242,90	79,1	-124,60	-5,3
Sul	217,2	7,0	212,1	7,5	-5,1	-2,3
Vale do Itajaí	262,5	8,4	180,7	6,4	-81,8	-31,2
Serrana	86,5	2,8	93,8	3,3	7,3	8,4
Norte	108	3,5	76,2	2,7	-31,8	-29,4
Gde Florianópolis	72,2	2,3	29,6	1,0	-42,6	-59,0
<b>Santa Catarina</b>	<b>3.113,80</b>	<b>100</b>	<b>2.835,20</b>	<b>100</b>	<b>-278,60</b>	<b>-8,9</b>

2017 – Dados do período/ano de referência: 1/10/2016 a 30/09/2017.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal e Censo Agropecuário.

**Leite – Comparativo dos dados dos censos agropecuários 2006 e 2017**

UF	Vacas ord.			Produção			L/vaca/ano		
	(Milhão de cabeças)			(Milhão de l)			2006	2017	Var. %
	2006	2017	Var. %	2006	2017	Var. %			
Oeste	394,8	507,0	28,4	1.022,8	2.242,9	119,3	2.590	4.424	70,8
Sul	50,8	62,8	23,6	109,4	212,1	93,9	2.152	3.380	57,1
Vale do Itajaí	69,4	59,2	-14,7	139,3	180,7	29,7	2.006	3.053	52,2
Serrana	27,6	33,5	21,4	51,6	93,8	81,8	1.867	2.796	49,8
Norte	23,5	23,3	-0,9	51,9	76,2	46,8	2.213	3.267	47,6
Gde Fpolis	14,0	12,1	-13,6	21,2	29,6	39,6	1.512	2.441	61,4
<b>Santa Catarina</b>	<b>580,2</b>	<b>697,9</b>	<b>20,3</b>	<b>1.396,2</b>	<b>2.835,2</b>	<b>103,1</b>	<b>2.406</b>	<b>4.062</b>	<b>68,8</b>

2017 – Dados do período/ano de referência: 1/10/2016 a 30/09/2017.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

Na divulgação dos dados definitivos do Censo 2017 é certo que também em outros aspectos se conhecerá uma atividade leiteira bem diferente daquela do Censo Agropecuário 2006 e das pesquisas mais sistemáticas. Esses “retratos” atualizados são raras oportunidades para se formar novas bases de dados/informações e melhorar a qualidade das pesquisas setoriais, seja as do IBGE ou de outras instituições públicas e privadas. Embora isso pareça lógico e simples, destaca-se que o Censo Agropecuário 2006 mostrou situações semelhantes, e nem por isso as pesquisas foram requalificadas. Essa breve análise nesse número especial desse Boletim Agropecuário faz parte de um esforço da Epagri/Cepa para que isso não volte a se repetir. Isso é particularmente importante para a “Pesquisa Pecuária Municipal”, cujos números têm provocado desinformações sobre aspectos básicos da atividade leiteira, e levado agentes públicos e privados a conclusões/decisões completamente errôneas acerca da atividade.